

3º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas

Setembro a Dezembro
2012

Fevereiro de 2013

Índice

Introdução	3
1. Demonstrativo da execução orçamentária e financeira.....	4
a. Geral	5
b. Hospitais Próprios	19
c. Grupo Hospitalar Conceição	20
2. Desembolso Financeiro – Fundo a Fundo (por Bloco).....	21
2.1) Transferência a Estados – Quadro Geral	22
2.2) Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação.....	23
2.3) Transferência a Estados – Liquidado por Modalidade de Aplicação	24
3. Oferta e produção de serviços – Rede própria e GHC.....	25
4. Indicadores (resultado cumulativo).....	26
5. Análise da execução até o 3º quadrimestre dos Objetivos Estratégicos do MS.....	30
Anexos	73

Introdução

O Relatório Quadrimestral de Gestão de Prestação de Contas do Ministério da Saúde, referente ao quadrimestre de setembro a dezembro de 2012, contempla informações acumuladas relativas à integralidade do exercício. Os resultados apresentados contemplam a execução centralizada e descentralizada das ações de saúde e refletem a participação dos demais entes federativos na operacionalização da política de saúde. As linhas de atuação moduladas pela coordenação nacional do SUS, sob responsabilidade do Ministério da Saúde (MS), e a sua adequação às diferentes realidades regionais, manifestadas no âmbito local, são indicativos importantes a serem considerados na análise dos resultados obtidos e ora apresentados. É importante destacar que a eficácia dos processos decisórios inerentes à gestão do SUS revela-se na prestação de contas dos resultados obtidos e contribuem para a atuação do controle social e das instâncias intergestores Bipartite e Tripartite.

Nesse contexto, os resultados apresentados neste relatório configuram a consolidação dos desempenhos parciais das esferas de gestão, obtidos tanto das decisões das direções únicas, como também da execução nacional e centralizada das intervenções em saúde. Esses resultados devem ser debatidos de modo a permitir a avaliação da participação federal na implementação da política de saúde e na obtenção dos resultados alcançados, a partir da utilização de um modelo de gestão descentralizado e democrático, referido a 16 objetivos estratégicos que norteiam a gestão federal; às diretrizes e metas do Plano Nacional de Saúde 2012/2015; aos objetivos, metas e iniciativas do Plano Plurianual 2012/2015 e, por fim, às ações da Lei Orçamentária Anual de 2012.

No âmbito federal, seguindo o estabelecido pela Lei Nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu Art. 36, o MS atende, por meio do presente relatório, à determinação legal da obrigação de prestação quadrimestral de contas por parte dos gestores do SUS, com objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento e transparência da gestão, potencializar o monitoramento e avaliação do gasto em saúde, além de instrumentalizar a atuação do controle social.

O gestor federal, por meio deste relatório demonstra, de forma sistematizada, o desempenho das principais linhas de atuação setorial por intermédio da execução descentralizada e da execução direta da União. Na sua elaboração foi levada em conta a necessidade de prestação de contas ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), guardando coerência com outros instrumentos semelhantes dirigidos ao Congresso Nacional e aos Órgãos de controle externo. Neste documento foram consideradas as observações da Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin)/CNS ao relatório apresentado no primeiro e segundo quadrimestres de 2012, incorporando, na medida do possível, as indicações necessárias aos parâmetros de análises dos períodos quadrimestrais do exercício.

Para cumprir tais objetivos, este relatório divide-se em cinco seções além desta introdução. Na primeira é apresentado um demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos recursos federais em geral, com destaque para as unidades hospitalares próprias e com participação da União. A segunda demonstra a execução financeira por meio das transferências fundo a fundo, segundo os grandes blocos de financiamento e modalidade de aplicação. A terceira retrata a quantificação da produção de bens, insumos e serviços de saúde, com destaque para a rede própria de hospitais e com participação da União. A quarta contém uma síntese do desempenho setorial por meio dos resultados apresentados por indicadores estrategicamente selecionados, complementada por comentários sobre a situação verificada por cada indicador. A quinta seção permite a formulação de uma análise situacional dos objetivos estratégicos por meio da comparação os resultados atingidos até o segundo quadrimestre do ano corrente, relacionando-os com a meta anual previamente traçada na Programação Anual de Saúde 2012 e em outras programações da pasta. No anexo consta as auditorias iniciadas e em andamentos pelo Departamento de Auditoria do SUS no mesmo período.

1. Demonstrativo da execução orçamentária e financeira

O orçamento do Ministério da Saúde foi definido pela Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

Ao fim do ano de 2012, a posição dos limites de empenho e pagamento seguiu de acordo com o quadro abaixo:

LIMITES DE EMPENHO E PAGAMENTO – 2012

POSIÇÃO: DEZEMBRO FECHADO (Atualizado até 10.02.2013)

Em R\$ Milhões

ITEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DISPONIBIL. (B)	EMPENHADO (C)	PAGO (D)	RAP INSCRITOS E = (C - D)	% DISPON. F = (C / B)	SALDO DOTAÇÃO G = (A - C)	% SALDO H = (G / A)
PESSOAL ATIVO	8.599,9	8.599,9	8.520,1	8.504,8	15,3	99,1%	79,8	0,9%
INATIVO	6.746,3	6.746,3	6.738,1	6.738,1	0,0	99,9%	8,2	0,1%
DÍVIDA	6,4	6,4	5,0	5,0	0,0	78,4%	1,4	21,6%
ANS - UO 74202	23,9	23,9	10,6	5,4	5,3	44,5%	13,2	55,5%
OCC	80.551,3	71.760,6	71.543,1	63.024,4	8.518,7	99,7%	9.008,2	11,2%
Programação Própria	72.038,8	70.224,5	70.116,9	62.789,5	7.327,3	99,8%	1.922,0	2,7%
Emendas	6.332,6	1.253,9	1.253,9	214,1	1.039,8	100,0%	5.078,7	80,2%
MP PAC - Equipamentos	279,0	279,0	169,8	18,4	151,4	60,9%	109,2	39,1%
MP - Investimentos	1.897,7	0,0	0,0	0,0	0,0	-	1.897,7	100,0%
Sentenças Judiciais	3,2	3,2	2,5	2,4	0,1	77,8%	0,7	22,2%
TOTAL ASPS	89.151,2	80.360,4	80.063,1	71.529,2	8.533,9	99,6%	9.088,0	10,2%
TOTAL MIN. SAÚDE	95.927,7	87.137,0	86.816,9	78.277,7	8.539,2	99,6%	9.110,8	9,5%

Fonte Siafi

a. Geral

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2012
GRANDES GRUPOS

CONSOLIDADO – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: DEZEMBRO FECHADO (Atualizado até 10.02.2013)

EM R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO									%	%	
	2011	PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR D = (B - C)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	SALDO	
1	ITENS GLOBAIS	14.473.811.136	14.169.197.175	14.169.197.175	15.352.533.753	15.263.190.739	15.263.190.739	15.247.913.330	15.277.409	89.343.014	99,42	0,58
2	PESSOAL ATIVO	8.269.187.313	7.911.315.845	7.911.315.845	8.599.856.560	8.520.064.744	8.520.064.744	8.504.787.336	15.277.409	79.791.816	99,07	0,93
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	6.176.482.940	6.237.053.395	6.237.053.395	6.746.294.310	6.738.120.436	6.738.120.436	6.738.120.436	0	8.173.874	99,88	0,12
4	DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS)	28.140.884	20.827.935	20.827.935	6.382.883	5.005.558	5.005.558	5.005.558	0	1.377.325	78,42	21,58
5	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS	60.471.681.962	67.994.722.327	73.264.086.686	75.543.086.276	67.914.497.180	67.914.497.180	60.754.827.240	7.159.669.940	7.628.589.096	89,90	10,10
6	COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	29.307.353	10.000.000	10.000.000	10.000.000	9.245.678	9.245.678	5.495.951	3.749.727	754.322	92,46	7,54
8	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	262.574.061	330.000.000	320.000.000	330.000.000	304.992.671	304.992.671	221.395.078	83.597.593	25.007.329	92,42	7,58
9	MANUTENÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS	40.116.890	48.510.000	46.510.000	53.176.666	46.346.105	46.346.105	30.655.067	15.691.038	6.830.561	87,15	12,85
10	HOSPITAIS PRÓPRIOS	914.936.139	999.300.000	995.300.000	1.082.585.000	982.979.131	982.979.131	706.969.421	276.009.710	99.605.869	90,80	9,20
11	INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCa	265.338.063	372.550.000	359.950.000	393.616.667	341.308.103	341.308.103	235.278.853	106.029.250	52.308.564	86,71	13,29

12	PIONEIRAS SOCIAIS	628.000.000	691.000.000	691.000.000	766.000.000	691.000.000	691.000.000	691.000.000	0	75.000.000	90,21	9,79
13	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	145.850.977	192.000.000	192.000.000	206.000.000	183.000.000	183.000.000	139.771.069	43.228.931	23.000.000	88,83	11,17
14	SERV. DE PROCESSAMENTO DADOS - DATASUS	39.044.509	53.514.000	53.514.000	59.864.000	48.066.235	48.066.235	39.550.367	8.515.868	11.797.765	80,29	19,71
15	PROGRAMA SANGUE E HEMODERIVADOS	489.846.284	810.587.000	806.587.000	941.957.000	769.517.897	769.517.897	278.748.581	490.769.316	172.439.103	81,69	18,31
16	INCENTIVO FINANCEIRO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.336.631.567	1.725.000.000	1.725.000.000	1.496.000.000	1.495.951.633	1.495.951.633	1.471.362.604	24.589.029	48.367	100,00	0,00
18	VACINAS E VACINAÇÃO	650.837.354	816.500.000	813.000.000	971.250.000	958.108.909	958.108.909	488.582.112	469.526.797	13.141.091	98,65	1,35
19	OUTROS PROGRAMAS	1.881.570.455	2.934.420.000	2.746.660.000	3.677.061.356	2.115.954.101	2.115.954.101	795.739.724	1.320.214.377	1.561.107.255	57,54	42,46
20	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SUS	439.591.160	639.900.000	638.400.000	696.456.221	558.580.093	558.580.093	209.596.867	348.983.226	137.876.128	80,20	19,80
21	FOMENTO A PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	75.028.039	81.500.000	78.500.000	89.790.333	78.970.069	78.970.069	15.922.540	63.047.529	10.820.264	87,95	12,05
22	IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO SUS	15.850.171	171.000.000	151.000.000	147.863.333	30.939.219	30.939.219	8.363.442	22.575.777	116.924.114	20,92	79,08
23	PROG. ESTRUTURAÇÃO SAÚDE FAMÍLIA - PROESF	95.767.941	115.000.000	115.000.000	115.000.000	94.572.766	94.572.766	51.009.440	43.563.326	20.427.234	82,24	17,76
24	REEST. DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - REHUF	684.552.187	600.000.000	585.000.000	641.666.667	497.666.336	497.666.336	149.500.549	348.165.787	144.000.331	77,56	22,44
25	PROGRAMA DE PREVENÇÃO DAS DST / AIDS	144.000.000	168.000.000	168.000.000	164.200.000	164.200.000	164.200.000	159.136.728	5.063.272	0	100,00	0,00
26	SAÚDE INDÍGENA	377.609.220	690.650.000	684.150.000	827.302.859	763.354.962	763.354.962	612.279.980	151.074.983	63.947.897	92,27	7,73
27	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC (AIH/SIA/SUS)	31.102.546.348	33.847.455.227	33.847.455.227	34.095.964.942	34.077.456.762	34.077.456.762	33.230.236.496	847.220.266	18.508.180	99,95	0,05
28	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	3.521.459.830	4.000.000.000	4.000.000.000	4.082.150.000	4.082.149.970	4.082.149.970	3.769.736.957	312.413.013	30	100,00	0,00
29	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	4.446.118.568	4.422.000.000	4.422.000.000	4.422.000.000	4.422.000.000	4.422.000.000	4.404.507.599	17.492.401	0	100,00	0,00
30	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PACS/PSF	7.197.728.200	8.310.000.000	8.310.000.000	8.128.167.000	8.128.167.000	8.128.167.000	8.065.567.433	62.599.567	0	100,00	0,00

31	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	486.849.349	909.000.000	904.000.000	891.450.000	830.099.897	830.099.897	637.920.170	192.179.728	61.350.103	93,12	6,88
32	ATENÇÃO SAÚDE DA MULHER, CRIANÇA, ADOL. E JOVEM	39.354.580	45.000.000	45.000.000	55.166.667	32.489.880	32.489.880	12.645.339	19.844.541	22.676.787	58,89	41,11
33	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PAB	161.394.988	169.500.000	169.500.000	162.596.275	162.596.275	162.596.275	149.368.565	13.227.710	0	100,00	0,00
34	FARMÁCIA BÁSICA - PAB	1.060.000.000	1.150.000.000	1.150.000.000	1.077.448.725	1.077.448.725	1.077.448.725	974.442.183	103.006.542	0	100,00	0,00
35	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	137.044.819	230.000.000	225.000.000	264.833.333	170.952.610	170.952.610	142.097.258	28.855.353	93.880.723	64,55	35,45
36	FARMÁCIAS POPULARES	774.605.000	1.100.000.000	1.100.000.000	1.410.000.000	1.364.502.809	1.364.502.809	1.357.860.866	6.641.944	45.497.191	96,77	3,23
37	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	171.520.624	213.935.000	213.935.000	209.585.000	138.571.585	138.571.585	65.665.342	72.906.243	71.013.415	66,12	33,88
38	AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS	160.286.907	149.000.000	149.000.000	124.000.000	113.456.313	113.456.313	55.125.268	58.331.045	10.543.687	91,50	8,50
39	AQUIS. E DISTRIB. MEDICAMENTOS/DST/AIDS	804.802.000	788.000.000	788.000.000	823.200.000	820.430.588	820.430.588	581.942.512	238.488.076	2.769.412	99,66	0,34
41	REAPARELHAMENTO UNIDADES DO SUS / MS	384.518.685	631.000.000	611.000.000	974.158.773	579.485.617	579.485.617	203.966.042	375.519.575	394.673.156	59,49	40,51
42	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	321.911.388	326.148.000	326.148.000	318.498.000	317.984.060	317.984.060	317.971.199	12.861	513.940	99,84	0,16
43	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	265.094.054	253.253.100	253.253.100	263.553.100	262.564.651	262.564.651	262.564.651	0	988.449	99,62	0,38
44	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	985.390	1.000.000	1.000.000	1.000.000	293.106	293.106	291.849	1.256	706.894	29,31	70,69
45	EMENDAS NOMINATIVAS	919.008.859	0	5.569.224.359	5.569.524.359	1.199.093.423	1.199.093.423	212.559.139	986.534.284	4.370.430.936	21,53	78,47
46	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA	246.787.943	296.191.900	296.191.900	302.742.165	253.351.877	253.351.877	171.089.504	82.262.373	49.390.288	83,69	16,31
47	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	89.440.820	106.000.000	106.000.000	105.098.598	75.621.977	75.621.977	54.956.288	20.665.688	29.476.621	71,95	28,05
48	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	145.510.865	177.462.000	177.462.000	185.844.257	166.074.809	166.074.809	104.478.124	61.596.685	19.769.448	89,36	10,64
50	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	8.232.594	8.712.000	8.712.000	7.981.410	7.902.549	7.902.549	7.902.549	0	78.861	99,01	0,99

51	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	3.603.665	4.017.900	4.017.900	3.817.900	3.752.542	3.752.542	3.752.542	0	65.358	98,29	1,71
52	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA	1.670.991.427	1.372.164.944	2.008.513.598	2.633.356.841	1.504.838.405	1.504.838.405	719.576.316	785.262.089	1.128.518.436	57,15	42,85
53	PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	864.968.161	825.000.000	746.300.000	1.046.210.443	971.799.675	971.799.675	466.740.253	505.059.422	74.410.768	92,89	7,11
55	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	189.400.779	139.000.000	139.000.000	151.333.333	136.349.449	136.349.449	102.023.297	34.326.152	14.983.884	90,10	9,90
57	CONTROLE DE ENDEMIAS / ERRADIC. DO AEDES	21.581.572	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
58	SANEAMENTO BÁSICO (DEMAIS AÇÕES)	134.671.993	225.100.000	210.500.000	528.423.699	181.707.710	181.707.710	12.987.942	168.719.768	346.715.989	34,39	65,61
59	OUTROS PROGRAMAS	35.479.446	41.500.000	34.500.000	42.500.000	35.440.648	35.440.648	13.950.657	21.489.992	7.059.352	83,39	16,61
60	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	67.744.201	69.960.000	69.960.000	61.560.000	61.560.000	61.560.000	61.324.933	235.067	0	100,00	0,00
61	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	66.967.268	70.816.098	70.816.098	66.016.098	66.000.000	66.000.000	61.884.621	4.115.379	16.098	99,98	0,02
62	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	369.746	788.846	788.846	664.614	664.613	664.613	664.613	0	1	100,00	0,00
63	EMENDAS NOMINATIVAS	289.808.260	0	736.648.654	736.648.654	51.316.310	51.316.310	0	51.316.310	685.332.344	6,97	93,03
64	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ	1.523.573.465	1.844.716.020	1.835.416.020	1.844.085.946	1.688.906.147	1.688.906.147	1.236.572.698	452.333.448	155.179.799	91,59	8,41
65	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	142.178.160	110.000.000	108.000.000	124.019.179	119.121.776	119.121.776	113.436.925	5.684.850	4.897.403	96,05	3,95
66	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PESQUISAS	29.773.479	31.000.000	31.000.000	34.422.895	32.969.637	32.969.637	28.878.034	4.091.603	1.453.258	95,78	4,22
67	MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISAS	23.386.414	32.000.000	32.000.000	40.683.334	36.144.051	36.144.051	23.832.520	12.311.531	4.539.283	88,84	11,16
69	VACINAS E VACINAÇÃO	980.212.027	958.000.000	934.000.000	950.633.333	933.894.091	933.894.091	726.217.988	207.676.103	16.739.242	98,24	1,76
70	ESTUDOS E PESQUISAS	97.023.572	100.500.000	97.500.000	113.933.458	102.324.261	102.324.261	73.669.763	28.654.498	11.609.197	89,81	10,19
71	OUTROS PROGRAMAS	81.194.376	441.573.000	436.573.000	385.633.804	297.632.991	297.632.991	141.070.385	156.562.607	88.000.813	77,18	22,82

72	FARMÁCIAS POPULARES	139.524.308	142.000.000	142.000.000	138.300.000	133.852.537	133.852.537	97.692.483	36.160.054	4.447.463	96,78	3,22
73	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	18.841.747	19.080.000	19.080.000	21.166.035	20.916.612	20.916.612	20.909.330	7.282	249.423	98,82	1,18
74	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	10.252.781	10.429.176	10.429.176	10.469.176	10.436.098	10.436.098	10.436.098	0	33.078	99,68	0,32
75	OPERAÇÕES ESPECIAIS : CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	3.892	133.844	133.844	124.732	124.731	124.731	124.731	0	1	100,00	0,00
76	EMENDAS NOMINATIVAS	1.182.708	0	24.700.000	24.700.000	1.489.362	1.489.362	304.441	1.184.921	23.210.638	6,03	93,97
77	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANSS	120.257.527	122.897.688	122.897.688	132.261.766	115.880.478	115.880.478	91.406.654	24.473.824	16.381.288	87,61	12,39
78	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	14.643.058	32.000.000	32.000.000	35.200.000	35.200.000	35.200.000	32.524.435	2.675.565	0	100,00	0,00
79	ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE	67.877.338	44.000.000	44.000.000	52.353.334	38.435.853	38.435.853	27.290.146	11.145.706	13.917.481	73,42	26,58
80	OUTROS PROGRAMAS	34.627.438	43.601.000	43.601.000	41.401.744	39.164.550	39.164.550	28.511.998	10.652.553	2.237.194	94,60	5,40
81	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	2.515.732	2.616.000	2.616.000	2.626.000	2.516.244	2.516.244	2.516.244	0	109.756	95,82	4,18
82	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	593.961	680.688	680.688	680.688	563.831	563.831	563.831	0	116.857	82,83	17,17
83	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC	54.168.220	73.503.547	75.503.547	119.635.847	76.237.777	76.237.777	56.296.284	19.941.493	43.398.070	63,72	36,28
84	ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE	35.805.397	54.487.547	54.487.547	96.470.547	52.932.461	53.707.846	35.130.816	17.801.645	43.538.086	54,87	45,13
85	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	17.262.994	17.616.000	17.616.000	19.765.300	19.905.336	19.905.336	18.642.078	1.263.258	-140.036	100,71	-0,71
86	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	1.099.829	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.311.895	88.105	0	100,00	0,00
87	EMENDAS NOMINATIVAS	0	0	2.000.000	2.000.000	1.999.980	1.224.595	1.211.495	788.485	20	100,00	0,00
AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - OCC		64.063.096.052	71.687.196.426	77.585.609.439	80.551.302.174	71.543.083.749	71.543.083.749	63.024.412.307	8.518.671.443	9.008.218.425	88,82	11,18
A	AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - PESSOAL ATIVO	8.269.187.313	7.911.315.845	7.911.315.845	8.599.856.560	8.520.064.744	8.520.064.744	8.504.787.336	15.277.409	79.791.816	99,07	0,93

	AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - TOTAL	72.332.283.366	79.598.512.271	85.496.925.284	89.151.158.734	80.063.148.493	80.063.148.493	71.529.199.642	8.533.948.851	9.088.010.241	89,81	10,19
B	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	6.176.482.940	6.237.053.395	6.237.053.395	6.746.294.310	6.738.120.436	6.738.120.436	6.738.120.436	0	8.173.874	99,88	0,12
C	DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS)	28.140.884	20.827.935	20.827.935	6.382.883	5.005.558	5.005.558	5.005.558	0	1.377.325	78,42	21,58
D	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - TOTAL	64.115.601.429	71.725.024.361	77.623.437.374	80.581.551.724	71.558.717.421	71.558.717.421	63.034.774.255	8.523.943.166	9.022.834.303	88,80	11,20
E	EMENDAS PARLAMENTARES	1.209.999.827	0	6.332.573.013	6.332.873.013	1.253.899.075	1.253.123.690	214.075.075	1.039.823.999	5.078.973.938	19,80	80,20
F	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	248.328.767	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
G	UO 74202 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA ANS	24.364.493	17.000.000	17.000.000	23.866.667	10.628.114	10.628.114	5.356.390	5.271.724	13.238.553	44,53	55,47
H	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	2.458.858	3.322.690	3.322.690	3.189.346	2.482.450	2.482.450	2.393.088	89.362	706.896	77,84	22,16
	MS - TOTAL GERAL	78.561.271.682	85.873.393.601	91.771.806.614	95.927.702.594	86.816.902.601	86.816.902.601	78.277.682.026	8.539.220.575	9.110.799.993	90,50	9,50

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Acompanhamento Mensal da Receita Própria – detalhamento FNS – 2012

36901 – Fundo Nacional de Saúde – FNS

R\$ 1,00

RECEITA			Realizado 2011	Lei nº 12.595, de 19.01.2012			Receita Realizada					
SIAFI	Denominação	FTE		INICIAL	CRÉDITO EM ANDAMENTO	LEI + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
13110000	ALUGUÉIS	0150	186.477	193.486		193.486	7.952	6.769	26.486	28.444	19.733	14.086
13330100	RECEITA CONCESSÃO DIREITO REAL DE USO ÁREA PÚBLICA	0150	(3)	8.731		8.731	0	0	0	195	1.698	(1.893)
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	0150						45.074	0	0	0	1.500
16000599	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	0150	0	2.757		2.757	0	0	0	0	0	(31.498)
16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0150	164.112	416.082		416.082	1.547	2.207	1.199	766	1.847	803
16005000	TARIFA INSCRIÇÃO CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150					265					
19159901	OUTRAS MULT. JUR. MORA DIV. ATIV. OUTR. RECEITAS	0150	157.415	135.195		135.195	7.372	11.819	11.474	10.858	26.736	12.184
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0150	2.107.988	4.186.632		4.186.632	11.666	7.472	10.146	961	6.626	552
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0150	475.137	495.633		495.633	144.763	53.156	68.260	101.877	45.216	67.054
19199900	OUTRAS MULTAS	0150	1.728.598	0		0	145.680	106.298	256.889	557.317	243.120	102.652
19220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0182	239.385.820	216.800.608		216.800.608	9.434.438	22.788.624	41.007.782	-8.548.822	16.742.875	10.766.675
19220200	RESTITUIÇÕES DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	0150	100.874	128.303		128.303	0	0	0	0	0	0
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	0150	76.236.412	741.838		741.838	0	0	0	94	563	0
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	0186	-	0	44.339.234	44.339.234	0	0	0	0	25.939.122	0
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0150	49.093.961	27.497.699		27.497.699	7.484.714	4.141.847	3.875.596	2.388.741	8.129.230	1.353.823
19329901	REC. DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUT. OUTRAS RECEITAS	0150	120.851	81.415		81.415	6.389	35.544	16.863	7.597	37.511	9.840
19901600	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO SEGUROS - DPVAT	0150	2.964.527.772	4.238.217.949		4.238.217.949	529.784.202	257.991.094	318.240.277	272.429.360	262.451.441	230.904.008
79189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS	0150	46.885	6.769		6.769	45.944	49.613	123.264	49.508	52.122	49.702
79220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0150	1.332.551	2.205.331		2.205.331	1.945.348	444.417	1.653.857	3.074.077	2.788.514	2.385.743
19909900	OUTRAS RECEITAS	0150	4.173.598	23		23	1.876	135	3.810	1.983	410	3.705
Total			3.339.838.448	4.491.118.451	44.339.234	4.535.457.685	549.022.156	285.684.069	365.295.903	270.102.956	316.486.764	245.638.936

RECEITA			Receita Realizada						Total		Frustração ou Excesso	Proposta para 2013
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado Dez	Projeção Jan/Dez		
13110000	ALUGUÉIS	0150	12.803	12.803	16.118	28.796	13.735	11.353	199.078	199.078	5.592	215.102
13330100	RECEITA CONCESSÃO DIREITO REAL DE USO ÁREA PÚBLICA	0150	-	-	-	-	-	-	0	0	-8.731	0
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	0150	1.500	1.500	1.500	0	0	0	51.074	51.074	51.074	0
16000599	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	0150	-	-	-	(751)	-	-	-32.249	-32.249	-35.006	0
16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0150	545	1.095	1.814	4.788	2.528	2.082	21.221	21.221	-394.861	38.150
16005000	TARIFA INSCRIÇÃO CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150	-	-	43.113	83.461	20.729	4.422	151.990	151.990	151.990	
19159901	OUTRAS MULT. JUR. MORA DIV. ATIV. OUTR. RECEITAS	0150	114.232	27.120	27.110	30.872	22.850	40.525	343.152	343.152	207.957	169.330
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0150	822	1.712	949	644	0	0	41.550	41.550	-4.145.082	1.782.719
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0150	56.387	95.682	146.950	28.560	42.767	29.277	879.949	879.949	384.316	857.780
19199900	OUTRAS MULTAS	0150	188.241	391.281	73.335	1.411.860	132.297	196.456	3.805.426	3.805.426	3.805.426	2.401.209
19220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0182,151,150,100	17.322.300	15.226.890	11.060.363	9.244.876	7.882.408	16.867.045	169.795.454	169.795.454	-47.005.154	0
19220200	RESTITUIÇÕES DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	0150	0	0	0	0	3.141	191.605	194.746	194.746	66.443	0
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	0150	0	0	0	612	0	0	1.269	1.269	-740.569	0
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	0186	0	16.440.548	0	0	21.355.560	8.768.268	72.503.498	72.503.498	28.164.264	44.994.546
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0150	1.140.161	5.551.473	576.421	3.145.304	3.847.681	3.535.133	45.170.124	45.170.124	17.672.425	57.624.393
19329901	REC. DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUT. OUTRAS RECEITAS	0150	114.471	23.960	17.678	15.724	11.961	57.054	354.592	354.592	273.177	179.338
19901600	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO SEGUROS - DPVAT	0150	235.951.580	255.537.415	230.321.589	234.698.052	167.794.671	161.737.425	3.157.841.114	3.157.841.114	-1.180.376.835	3.408.171.390

79189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS	0150	54.782	47.707	1.903	8.207	4.772	12.587	500.111	500.111	493.342	0
79220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIO	0150	2.244.784	1.356.340	2.351.000	9.975.007	3.172.050	2.178.034	33.569.171	33.569.171	31.363.840	0
19909900	OUTRAS RECEITAS	0150	1.953	1.818	1.943	4.136	372	146.583	167.980	167.980	167.957	72.266
Total			257.204.561	294.717.345	244.641.786	258.680.148	204.306.778	193.777.849	3.485.559.250	3.485.559.250	-1.049.898.435	3.516.506.223

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Acompanhamento Mensal da Receita Própria – resumo de todas as Unidades – 2012

POSIÇÃO: DEZEMBRO FECHADO (Atualizado até 10.02.2013)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	Lei nº 12.595, de 19.01.2012 LEI + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
36901 - FNS	4.491.118.451	549.022.156	285.684.069	365.295.903	270.102.956	316.486.762	245.638.936	257.204.561	294.717.345	244.641.786	258.680.148	204.306.778	193.777.849	3.485.559.249
36211 - FUNASA	78.297.329	5.888.112	5.742.061	3.632.031	4.103.859	10.259.415	6.514.648	3.815.691	11.617.443	2.734.930	5.817.453	4.904.469	14.504.085	79.534.198
36201 - FIOCRUZ	83.205.212	6.629.460	5.838.148	6.952.723	5.891.733	8.023.203	7.175.392	7.723.575	7.452.335	7.526.818	6.967.067	6.153.284	7.124.413	83.458.152
36212 - ANVISA	389.031.457	32.427.021	30.178.053	31.218.102	29.507.132	34.136.007	29.125.763	32.106.331	29.997.238	24.347.197	33.046.049	29.952.223	30.718.014	366.759.128
36213 - ANS	116.694.001	3.836.750	3.304.540	25.337.978	4.858.902	5.415.019	23.176.454	7.009.025	4.676.512	23.999.639	4.466.790	8.970.187	22.731.749	137.783.544
36208 - HCR	200.196	22.561	9.507	62.676	9.896	10.102	9.091	8.754	13.469	12.499	10.732	15.079	3.106	187.472
36209 - HF	235.531	11.747	12.477	11.355	9.624	17.980	9.515	9.839	11.657	10.618	15.327	10.052	4.595	134.788
36210 - HNSC	2.550.066	189.693	143.492	179.869	125.281	122.885	121.285	150.774	202.829	143.455	139.724	128.649	256.248	1.904.184
Total	5.161.332.243	598.027.500	330.912.347	432.690.638	314.609.383	374.471.370	311.771.084	308.028.552	348.688.829	303.416.942	309.143.290	254.440.721	269.120.059	4.155.320.714

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Em restituições de convênios está sendo considerado as fontes (100,150,151 e 182)

Execução por Fontes de Recursos

POSIÇÃO: DEZEMBRO FECHADO (Atualizado até 10.02.2013)

Em R\$1,00

Fonte de Recursos		Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
00	00 RECURSOS ORDINARIOS	4.508.942.081,00	2.018.257.024,34	2.018.257.024,34	1.354.638.674,38
18	18 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	6.567.103,00			
43	43 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	1.533.243,00	1.233.243,00	1.233.243,00	1.233.243,00
44	44 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOIRO NACIONAL	4.849.640,00	3.772.315,21	3.772.315,21	3.772.315,21
48	48 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	243.781.976,00	30.007.239,69	30.007.239,69	10.898.215,03
50	50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.455.613.151,00	3.358.911.169,39	3.358.911.169,39	3.286.656.443,45
51	51 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	35.651.780.244,00	32.378.444.011,41	32.378.444.011,41	26.819.561.792,54
53	53 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	49.501.783.995,00	47.569.350.502,71	47.569.350.502,71	45.711.919.725,70
74	74 TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	488.393.653,00	436.658.551,27	436.658.551,27	342.880.790,57
78	78 FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	691.954.327,00	662.310.367,36	662.310.367,36	662.310.367,36
80	80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	22.427.606,00	19.496.744,33	19.496.744,33	16.077.648,61
81	81 RECURSOS DE CONVENIOS	89.435,00			
82	82 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	297.092.098,00	285.567.390,64	285.567.390,64	17.715.292,65
86	86 OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	52.894.042,00	52.894.042,00	52.894.042,00	50.017.517,67
Total:		95.927.702.594,00	86.816.902.601,35	86.816.902.601,35	78.277.682.026,17

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

SALDO FINANCEIRO NAS CONTAS BANCÁRIAS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE EM 31/12/2012

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

POSIÇÃO: DEZEMBRO FECHADO (Atualizado até 10.02.2013)

Em R\$ 1,00

UG Executora		Limite de Saque com Vinculação Pagamento
250005	DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE - DLOG	115.449.311,54
250006	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	137.998,35
250007	SECR. DE CIENCIA, TECNO. E INSUMOS ESTRATEGIC	87.115,19
250009	SECRET. DE GESTAO ESTRATEGICA E PARTICIPATIVA	4.175,90
250023	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MT	21.044,89
250026	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PA	7.638,86
250039	NUCLEO ESTADUAL DO MS/TO	870,10
250042	HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO	2.039,01
250061	HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO	3.461.182,40
250088	SPO-COORD.-GERAL DE ORC.E FINANCAS	5.406.231,50
250107	CEF-PROGRAMAS DO MINISTERIO DA SAUDE	601.976,56
253002	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	3.827.205,83
253003	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	5.435.412,72
253004	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	25.289,40
253005	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	67.446,97
253006	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	819.959,99
253007	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	209.141,50
253008	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	50.798,84
253009	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	105.376,97
253010	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	114.551,63
253011	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	79.192,13
253012	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	264.654,69
253013	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	3.282,72
253014	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	6.405,64
253015	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	126.737,94
253016	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	31.352,49
253017	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	284.072,81
253018	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	68.657,34
253019	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	10.633,98
253020	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	3.130,92
253021	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	9.902,83
253022	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	2.990,46
253023	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	10.736,34
253024	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	21.694,29
253025	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	20.720,49
253026	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	2.705,19

253027	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	7.669,73
253028	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	405.039,36
253029	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	22.166,93
253032	GERENCIA GERAL DE RESSARCIMENTO AO SUS	2.836.041,06
253033	ANS - DISTRITO FEDERAL	437.305,49
253034	ANS - SÃO PAULO	249.846,11
254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	71.303.101,43
254421	CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHAES	73.163,29
254422	CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ	389.160,22
254423	CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHOU	161.261,10
254445	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	36.218.885,55
254446	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS	39.755.481,64
254447	INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA	2.931.004,54
254448	INSTITUTO NAC. DE CONTROLE E QUALID. EM SAUDE	1.847.172,31
254450	ESCOLA NAC. DE SAUDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA	9.174.403,23
254462	DIRETORIA DE ADMINISTRACAO DO CAMPUS-DIRAC	1.605.138,33
254463	INSTITUTO OSWALDO CRUZ	2.140.555,98
254474	CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE	1.066.211,45
254488	CASA DE OSWALDO CRUZ	333.113,49
255000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	166.738.888,07
255001	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AC	1.958,58
255003	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AP	4.731,16
255004	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AM	1.668,69
255006	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - CE	1.273,19
255008	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES	48.251,15
255010	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MA	35.637,14
255011	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MT	490.239,49
255012	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MS	604,79
255013	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MG	2.306,53
255015	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PB	33.883,74
255016	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR	36.740,53
255017	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PE	5.770,47
255018	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PI	69.195,15
255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	416.058,65
255020	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RN	7.400,26
255021	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	221.916,98
255023	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RR	2.324,89
255024	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SC	386.253,21
255025	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SP	50.822,05
255026	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SE	93.810,41
255027	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - TO	138,47
257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	902.425.897,43
257002	SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAUDE	148.895,77
257020	SECRETARIA ESPECIAL DE SAUDE INDIGENA - SESAI	886,60

257021	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO JURUA	15.243,50
257024	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO NEGRO	111.040,77
257025	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO SOLIMÕES	144.083,32
257026	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - JAVARI	203,30
257028	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO PURUS	664.304,54
257031	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - AMAPA	17.938,99
257033	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CEARA	74.613,27
257039	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CUIABA	60.063,87
257041	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XINGU	274.888,46
257043	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA GUAMA TOCANTINS	373.894,85
257051	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LESTE RR	807.727,57
257052	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI	453.409,84
257054	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TOCANTINS	213.129,22
366003	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	13.509.928,46
Total:		1.395.684.383,01

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR
(2003 a 2011 – a serem pagos em 2012)

CONSOLIDADO GERAL – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: DEZEMBRO / 2012 (INSCRITOS e REINSCRITOS EM 2012-FECHADO – ATUALIZADO ATÉ 06.01.2013)

EM R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		RESTOS A PAGAR					
		INSCRITOS e REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO A PAGAR		
					LIQUIDADOS	A LIQUIDAR	TOTAL
1	PESSOAL A PAGAR EXERC. ANTERIORES	251.528	0	251.528	0	0	0
2	PESSOAL ATIVO	71.233.898	32.645.902	3.188.750	6.105.895	29.293.352	35.399.247
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	19.971.766	0	18.052	0	19.953.713	19.953.713
4	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	136.747	11.821	0	0	124.926	124.926
	SUBTOTAL	91.593.939	32.657.723	3.458.330	6.105.895	49.371.991	55.477.887
5	FNS	9.172.978.577	643.338.134	4.954.428.733	593.803.662	2.981.410.067	3.575.213.729
6	ANVISA	68.786.861	16.052.294	47.263.800	33.424	5.437.342	5.470.766
7	FUNASA	4.224.171.732	545.040.283	1.000.730.393	1.460.689.582	1.217.711.474	2.678.401.056
8	FIOCRUZ	470.627.023	9.941.766	402.216.912	57.264	58.411.082	58.468.346
9	ANSS	31.727.755	8.982.820	22.744.935	0	0	0
10	GHC	24.892.283	1.381.941	19.814.601	498.479	3.197.262	3.695.741
	SUBTOTAL	13.993.184.230	1.224.737.238	6.447.199.374	2.055.082.411	4.266.167.227	6.321.249.638
	MS - TOTAL GERAL	14.084.778.170	1.257.394.961	6.450.657.704	2.061.188.307	4.315.539.218	6.376.727.525

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

b. Hospitais Próprios

Execução Orçamentária – 2012

UNIDADE: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – FNS

POSIÇÃO: DEZEMBRO (Atualizado até 11.01.2013)

Em R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA		ORÇAMENTO 2012 - LEI N° 12.595 DE 19.01.2012							SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)
		EXECUTADO EM 2011	PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	
10.302.2015.4324.0010	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil - na Região Norte	9.818.387	12.000.000	12.000.000	12.000.000	11.997.534	11.997.534	2.844	2.466
10.302.2015.8755.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia - INC - No Estado do Rio de Janeiro	92.868.146	107.500.000	107.500.000	107.500.000	106.829.757	106.829.757	72.607.479	670.243
10.302.2015.6217.0123	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde- Hospital Geral dos Servidores - RJ	171.141.936	182.300.000	180.500.000	198.500.000	180.458.280	180.458.280	136.427.885	18.041.720
10.302.2015.6217.0127	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde- Hospital Geral de Bonsucesso - RJ	162.500.968	169.500.000	168.300.000	185.100.000	164.208.872	164.208.872	123.087.949	20.891.128
10.302.2015.8759.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO -No Estado do Rio de Janeiro	160.365.097	232.000.000	232.000.000	232.000.000	231.999.304	231.999.304	155.285.072	696
10.122.1220.1K09.0101	Implantação da Nova Sede do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO –RJ	37.999.987	0	0	0	0	0	0	0
10.302.2015.6217.0629	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde- Hospital Geral de Jacarepaguá - RJ	64.661.592	72.000.000	72.000.000	79.300.000	66.133.560	66.133.560	46.429.156	13.166.440
10.302.2015.6217.0631	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Min. da Saúde- Hospital Geral de Ipanema – RJ	55.555.792	64.000.000	64.000.000	70.400.000	63.312.405	63.312.405	45.132.043	7.087.595
10.302.2015.6217.0633	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Minist. da Saúde- Hospital Geral do Andaraí - RJ	91.918.727	90.000.000	89.000.000	97.900.000	88.182.863	88.182.863	70.981.600	9.717.137
10.302.2015.6217.0635	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Minist. da Saúde- Hospital Geral da Lagoa – RJ	68.105.508	70.000.000	70.000.000	77.000.000	69.856.556	69.856.556	57.015.394	7.143.444
TOTAL		914.936.140	999.300.000	995.300.000	1.059.700.000	982.979.131	982.979.131	706.969.422	76.720.869

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

c. Grupo Hospitalar Conceição

Execução Orçamentária – 2012

UNIDADE: GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC

POSIÇÃO: DEZEMBRO (Atualizado até 11.01.2013)

Em R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2011	ORÇAMENTO 2012 - LEI Nº 12.595 DE 19.01.2012						
			PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMEN-TÁRIO E = (A - B)
10.128.2115.6149.0001	Residência de Profissionais de Saúde - SUS / Hosp.Cristo Redentor - RS	696.404	860.000	860.000	860.000	655.826	655.826	655.826	204.175
10.128.2115.6149.0001	Residência de Profissionais de Saúde - SUS / Hosp.Fêmeina - RS	644.429	900.000	900.000	900.000	639.132	639.132	639.132	260.868
10.128.2115.6149.0001	Residência de Profissionais de Saúde - SUS / Hosp. Nossa Senhora da Conceição - RS	9.302.793	11.740.000	11.740.000	11.740.000	10.847.749	10.847.749	10.317.675	892.251
10.302.2015.6217.0637	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde-No Município de Porto Alegre - RS / Hosp.Cristo Redentor - RS	5.946.127	7.000.000	7.000.000	7.000.000	6.832.212	4.111.194	3.772.338	167.789
10.302.2015.6217.0627	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde-No Município de Porto Alegre - RS / Hosp.Fêmeina - RS	2.960.485	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	3.737.351	3.561.006	0
10.302.2015.6217.0627	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde-No Município de Porto Alegre - RS / Hosp.Nossa Senhora da Conceição - RS	15.304.852	27.000.000	27.000.000	27.000.000	26.999.996	16.722.208	15.489.302	4
ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE		34.855.090	53.500.000	53.500.000	53.500.000	51.974.915	36.713.460	34.435.279	1.525.087

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

2. Desembolso Financeiro – Fundo a Fundo (por Bloco)

POSIÇÃO: DEZEMBRO FECHADO (Atualizado até 31.12.2012)

								Em R\$ 1,00	
UF	Atenção Básica	Média e Alta Complexidade	Assistência Farmacêutica	Gestão do SUS	Vigilância em Saúde	Investimentos	Total		
AC	66.461.550,36	160.829.586,05	4.842.588,70	5.176.295,44	18.259.404,42	10.941.380,52	266.510.805,49		
AP	52.833.349,69	96.561.363,73	3.765.114,04	8.703.363,21	17.344.554,90	4.555.917,75	183.763.663,32		
AM	251.758.201,03	463.361.806,44	24.321.473,46	4.788.301,50	61.970.767,07	14.773.766,77	820.974.316,27		
PA	530.895.631,36	900.572.059,99	53.060.627,68	8.889.592,76	108.927.541,61	53.326.686,43	1.655.672.139,83		
RO	123.270.653,39	213.100.467,70	10.683.128,04	8.578.036,72	26.627.260,51	22.639.154,87	404.898.701,23		
RR	36.095.506,18	71.731.683,64	2.719.458,80	4.953.821,84	12.799.689,77	3.810.888,09	132.111.048,32		
TO	164.418.817,90	228.504.044,42	9.811.555,88	6.341.739,27	24.061.617,37	17.493.250,85	450.631.025,69		
NORTE	1.225.733.709,91	2.134.661.011,97	109.203.946,60	47.431.150,74	269.990.835,65	127.541.045,28	3.914.561.700,15		
AL	290.331.128,53	545.575.647,24	29.229.683,42	7.673.100,32	36.766.134,02	23.485.235,44	933.060.928,97		
BA	1.192.252.910,50	2.385.867.750,18	116.454.152,56	14.179.910,43	133.466.718,24	88.120.236,99	3.930.341.678,90		
CE	739.581.973,35	1.359.974.912,11	81.323.869,26	10.389.158,39	88.992.662,44	98.443.348,52	2.378.705.924,07		
MA	664.027.545,51	868.656.907,19	44.736.148,00	10.833.023,41	84.165.677,19	39.134.621,58	1.711.553.922,88		
PB	448.536.294,83	615.269.418,76	31.851.878,73	7.016.119,84	37.045.005,74	30.251.811,06	1.169.970.528,96		
PE	748.961.197,40	1.753.201.801,33	73.974.136,14	8.772.607,93	96.395.007,19	34.896.437,85	2.716.201.187,84		
PI	363.702.134,31	493.221.808,56	23.646.942,23	8.649.299,50	34.560.922,26	24.723.840,19	948.504.947,05		
RN	318.683.390,40	504.936.475,65	28.087.197,52	6.288.731,65	35.273.821,13	34.446.807,98	927.716.424,33		
SE	191.401.504,37	411.438.870,90	18.496.387,85	9.075.205,70	23.495.948,98	11.078.094,79	664.986.012,59		
NORDESTE	4.957.478.079,20	8.938.143.591,92	447.800.395,71	82.877.157,17	570.161.897,19	384.580.434,40	15.381.041.555,59		
ES	230.865.736,44	530.861.027,45	54.351.892,50	4.888.183,79	38.393.920,67	14.134.665,80	873.495.426,65		
MG	1.561.279.961,04	3.095.548.670,28	214.812.428,26	27.458.257,19	189.266.889,67	142.825.872,66	5.231.192.079,10		
RJ	827.404.304,41	2.695.706.935,45	128.813.746,91	15.417.118,57	158.466.656,84	58.932.131,10	3.884.740.893,28		
SP	1.825.642.852,07	7.351.150.419,26	587.131.707,33	36.742.402,52	301.665.611,92	140.887.856,93	10.243.220.850,03		
SUDESTE	4.445.192.853,96	13.673.267.052,44	985.109.775,00	84.505.962,07	687.793.079,10	356.780.526,49	20.232.649.249,06		
PR	697.188.713,39	1.972.335.672,93	117.883.945,94	11.969.062,93	77.758.082,31	70.438.745,99	2.947.574.223,49		
RS	550.630.908,12	1.910.387.926,86	89.161.688,92	10.389.944,20	74.533.488,65	58.451.174,14	2.693.555.130,89		
SC	502.687.922,48	993.821.676,13	87.459.483,28	8.992.902,88	45.595.883,56	41.375.190,09	1.679.933.058,42		
SUL	1.750.507.543,99	4.876.545.275,92	294.505.118,14	31.351.910,01	197.887.454,52	170.265.110,22	7.321.062.412,80		
DF	82.993.226,12	460.250.035,36	30.165.862,11	1.745.742,50	23.876.556,14	16.633.293,69	615.664.715,92		
GO	433.309.088,07	868.571.026,69	60.069.920,81	9.572.602,42	66.303.594,10	45.708.409,65	1.483.534.641,74		
MT	244.748.351,63	502.749.228,04	27.028.523,83	7.141.617,36	45.343.281,21	31.791.323,23	858.802.325,30		
MS	191.204.857,94	496.331.276,75	24.402.768,83	4.282.551,62	32.715.283,99	23.328.841,10	772.265.580,23		
CENTRO-OESTE	952.255.523,76	2.327.901.566,84	141.667.075,58	22.742.513,90	168.238.715,44	117.461.867,67	3.730.267.263,19		
TOTAL	13.331.167.710,82	31.950.518.499,09	1.978.286.311,03	268.908.693,89	1.894.071.981,90	1.156.628.984,06	50.579.582.180,79		

Fonte: FNS/Portal da Transparência

2.1) Transferência a Estados – Quadro Geral

Execução por Modalidade de Aplicação - 30/31/40/41

Posição: DEZEMBRO FECHADO (Atualizado até 10.02.2013)

R\$1,00

Modalidade de Aplicação	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
3 3 TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO				
0 0 FEDERAL	2.752.311.902	1.484.046.718	1.484.046.718	833.250.807
4 4 TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS				
0 0	4.660.417.606	1.012.442.001	1.012.442.001	427.457.858
TOTAL TRANSFERIDO POR CONVÊNIO/SIMILAR	7.412.729.508	2.496.488.718	2.496.488.718	1.260.708.665
3 3 TRANSFER. A ESTADOS E DF - FUNDO A				
1 1 FUNDO	15.248.940.282	15.004.494.490	15.004.494.490	14.420.470.920
4 4 TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A				
1 1 FUNDO	37.442.179.685	36.606.255.634	36.606.255.634	34.820.841.655
TOTAL TRANSFERIDO FUNDO A FUNDO	52.691.119.967	51.610.750.123	51.610.750.123	49.241.312.575
TOTAL GERAL	60.103.849.475	54.107.238.842	54.107.238.842	50.502.021.240

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

2.2) Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação

Execução por Modalidade de Aplicação - 30/31/40/41

Posição: DEZEMBRO FECHADO (Atualizado até 10.02.2013)

R\$1,00

UF Beneficiada		30	31	40	41	TOTAL
AC	ACRE	33.610.367,06	178.056.354,92	6.301.554,08	96.649.043,82	314.617.319,88
AL	ALAGOAS	23.072.206,43	183.965.342,49	4.064.011,06	761.781.295,25	972.882.855,23
AM	AMAZONAS	36.053.635,33	469.680.846,45	12.821.195,21	377.304.779,39	895.860.456,38
AP	AMAPA	19.491.716,00	67.647.572,97	38.732.585,40	126.078.014,48	251.949.888,85
BA	BAHIA	101.758.465,12	1.420.154.489,46	54.040.293,72	2.492.667.375,59	4.068.620.623,89
CE	CEARA	30.979.796,27	279.541.574,49	72.187.806,06	2.124.702.321,46	2.507.411.498,28
DF	DISTRITO FEDERAL	262.850.773,40	613.244.919,04	0,00	0,00	876.095.692,44
ES	ESPIRITO SANTO	3.185.777,31	447.736.730,82	10.969.468,79	434.567.827,23	896.459.804,15
GO	GOIAS	22.294.236,72	110.211.177,68	70.719.618,44	1.409.946.628,38	1.613.171.661,22
MA	MARANHAO	0,00	321.125.184,56	33.240.833,33	1.422.649.127,24	1.777.015.145,13
MG	MINAS GERAIS	179.451.083,28	1.157.790.224,25	110.903.631,68	4.244.839.871,90	5.692.984.811,11
MS	MATO GROSSO DO SUL	15.693.307,34	113.786.001,51	14.241.097,36	679.631.743,10	823.352.149,31
MT	MATO GROSSO	3.700.360,00	243.032.854,79	58.649.536,10	616.632.395,52	922.015.146,41
PA	PARA	11.747.975,52	222.256.351,73	53.957.912,26	1.459.986.412,45	1.747.948.651,96
PB	PARAIBA	12.205.198,21	85.759.534,51	34.009.509,97	1.074.444.786,56	1.206.419.029,25
PE	PERNAMBUCO	363.851.188,72	908.854.188,70	29.767.141,82	1.864.295.050,98	3.166.767.570,22
PI	PIAUI	39.224.791,04	147.318.714,56	61.019.496,91	827.140.163,80	1.074.703.166,31
PR	PARANA	31.379.875,39	989.022.832,18	48.779.912,11	2.016.728.260,57	3.085.910.880,25
RJ	RIO DE JANEIRO	53.592.644,00	668.022.330,15	29.413.869,02	3.365.346.332,35	4.116.375.175,52
RN	RIO GRANDE DO NORTE	12.210.346,75	186.195.943,92	16.834.853,42	750.950.215,33	966.191.359,42
RO	RONDONIA	15.200.000,00	114.496.953,42	21.983.522,06	266.484.290,23	418.164.765,71
RR	RORAIMA	7.046.259,10	59.103.440,39	4.660.103,24	82.854.803,19	153.664.605,92
RS	RIO GRANDE DO SUL	31.444.846,53	928.062.762,13	71.835.165,96	1.867.262.039,45	2.898.604.814,07
SC	SANTA CATARINA	6.730.642,40	485.664.113,08	46.688.319,97	1.225.214.161,83	1.764.297.237,28
SE	SERGIPE	15.915.241,97	196.622.074,79	26.614.367,93	483.878.943,46	723.030.628,15
SP	SAO PAULO	130.625.230,70	4.269.984.115,90	71.449.017,29	6.231.911.546,14	10.703.969.910,03
TO	TOCANTINS	20.730.752,99	137.157.860,69	8.557.177,59	302.308.203,95	468.753.995,22
Total:		1.484.046.717,58	15.004.494.489,58	1.012.442.000,78	36.606.255.633,65	54.107.238.841,59

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

2.3) Transferência a Estados – Liquidado por Modalidade de Aplicação

Execução por Modalidade de Aplicação - 30/31/40/41

Posição: DEZEMBRO FECHADO (Atualizado até 10.02.2013)

R\$1,00

UF Beneficiada	30	31	40	41	TOTAL
AC ACRE	3.860.151,56	157.556.338,24	250.000,00	83.063.460,98	244.729.950,78
AL ALAGOAS	372.395,68	178.560.102,54	0,00	731.927.641,93	910.860.140,15
AM AMAZONAS	0,00	411.325.265,93	1.250.122,08	352.553.680,78	765.129.068,79
AP AMAPA	0,00	50.836.928,62	13.672.956,42	114.675.442,84	179.185.327,88
BA BAHIA	34.956.035,12	1.376.985.109,59	18.315.613,47	2.397.117.690,31	3.827.374.448,49
CE CEARA	1.028.753,42	264.243.514,41	19.761.898,85	1.983.624.195,63	2.268.658.362,31
DF DISTRITO FEDERAL	260.629.210,56	569.181.701,00	0,00	0,00	829.810.911,56
ES ESPIRITO SANTO	1.207.533,31	437.882.713,24	3.362.558,89	408.890.785,17	851.343.590,61
GO GOIAS	19.377.520,00	81.829.460,09	36.719.270,14	1.372.127.431,60	1.510.053.681,83
MA MARANHAO	0,00	316.866.622,01	5.138.385,49	1.320.293.987,79	1.642.298.995,29
MG MINAS GERAIS	113.378.179,75	1.114.775.404,02	67.015.913,27	4.082.782.028,31	5.377.951.525,35
MS MATO GROSSO DO SUL	4.055.946,66	107.004.267,55	425.000,00	656.758.027,40	768.243.241,61
MT MATO GROSSO	0,00	232.333.099,61	32.413.868,85	571.912.762,17	836.659.730,63
PA PARA	0,00	209.330.354,19	25.165.346,17	1.373.049.380,81	1.607.545.081,17
PB PARAIBA	0,00	83.292.811,18	10.572.275,53	1.030.499.953,16	1.124.365.039,87
PE PERNAMBUCO	278.000.592,07	868.807.322,89	16.624.837,09	1.779.651.861,70	2.943.084.613,75
PI PIAUI	3.224.928,04	123.186.990,55	28.628.428,15	780.219.684,13	935.260.030,87
PR PARANA	3.986.686,28	972.968.159,87	28.820.296,32	1.926.268.802,05	2.932.043.944,52
RJ RIO DE JANEIRO	12.165.087,16	639.945.758,53	6.908.674,19	3.210.862.595,12	3.869.882.115,00
RN RIO GRANDE DO NORTE	4.986.906,61	182.274.674,84	7.702.852,63	721.672.893,34	916.637.327,42
RO RONDONIA	0,00	107.601.877,49	16.064.693,58	252.816.593,28	376.483.164,35
RR RORAIMA	0,00	55.674.073,87	0,00	63.692.231,00	119.366.304,87
RS RIO GRANDE DO SUL	22.462.582,73	916.262.577,36	13.966.098,42	1.747.350.777,97	2.700.042.036,48
SC SANTA CATARINA	0,00	461.377.548,33	26.309.695,01	1.160.512.727,60	1.648.199.970,94
SE SERGIPE	0,00	185.662.364,19	4.382.622,52	461.519.461,05	651.564.447,76
SP SAO PAULO	71.254.419,13	4.181.989.075,85	44.584.386,67	5.952.731.495,04	10.250.559.376,69
TO TOCANTINS	0,00	132.716.803,70	3.075.206,34	284.266.063,93	420.058.073,97
Total:	834.946.928,08	14.420.470.919,69	431.131.000,08	34.820.841.655,09	50.507.390.502,94

3. Oferta e produção de serviços – Rede própria e GHC

Produção assistencial dos Hospitais Próprios e do Grupo Hospitalar Conceição – GHC – janeiro a dezembro 2012.

	HOSPITAIS PRÓPRIOS					
	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ	MS HOSPITAL DE IPANEMA	MS HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO	MS HSE HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO	SMSDC HOSPITAL MUN ALVARO RAMOS AP 40	MS HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA
	CNES: 2269384	CNES: 2269775	CNES: 2269880	CNES: 2269988	CNES: 2273187	CNES: 2273659
	JAN A DEZ DE 2012	JAN A DEZ DE 2012	JAN A DEZ DE 2012	JAN A DEZ DE 2012	JAN A DEZ DE 2012	JAN A DEZ DE 2012
Internação	6.834	4.073	6.561	6.471	707	6.408
Cirurgia	3.556	3.262	3.187	3.805	-	4.599
Partos	25	-	1.067	186	-	-
Exames Ambulatoriais	-	-	-	-	121.911	-

	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC			
	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO AS	HOSPITAL FEMINA	HOSPITAL CRISTO REDENTOR	UNIDADE HOSPITAL CONCEIÇÃO
	CNES: 2237571	CNES: 2265052	CNES: 2265060	CNES: 2265168
	JAN A DEZ DE 2012	JAN A DEZ DE 2012	JAN A DEZ DE 2012	JAN A DEZ DE 2012
Internação	36.298	10.336	4.680	-
Consultas	907.727	123.685	233.350	21.830
Cirurgia	19.354	6.397	15.181	30
Partos	4469	4.327	-	-
Exames Ambulatoriais	1.738.631	107.207	145.993	78
Outros Procedimentos Ambulatoriais	99.675	10.431	33.140	1.932

Fontes: Base de Dados do SIASUS -Sistema de Informações Ambulatoriais -fornecido pelo DATASUS.

Base de Dados do SIHSUS -Sistema de Informações Hospitalares -fornecido pelo DATASUS.

Obs: Os registros obtidos na data da consulta refere-se aos dados informados no período de janeiro a dezembro de 2012.

4. Indicadores (resultado cumulativo)

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2012	Índice Apurado	Fonte	Obs.
Quantidade de parques produtivos públicos modernizados no âmbito do PROCIS	Quantidade de parques produtivos públicos modernizados em relação à agenda do PROCIS	Unidade	10 parques produtivos públicos modernizados	15 parques produtivos modernizados no âmbito do PROCIS	DECIIS/SCTIE	Meta superada.
Percentual de implantação do Hórus em Estados e Municípios	% de municípios e estados alcançados com a implantação do Horus em relação ao total de municípios e estados brasileiros	%	15% municípios e 50% estados	30% de implantação do Sistema Hórus em Municípios e 67% de implantação do Sistema Hórus em Estados	DAF/SCTIE	O sistema HORUS foi desenvolvido no âmbito da ação de assistência farmacêutica com a finalidade de dotar estados, DF e municípios de uma ferramenta de gestão para os componentes da assistência farmacêutica – básico, estratégico e especializado. Nesse contexto houve uma importante adesão das unidades federadas, sendo 1.688 municípios, 18 estados e 24 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). (Fonte:PCPR/MS)
Quantidade de municípios definidos no "Programa Brasil sem Miséria" implantados com o Programa "Farmácia Popular"	Quantidade de municípios atendidos com farmácias ou drogarias do Programa Farmácia Popular	unidade	531 municípios do Programa Brasil sem Miséria	962 municípios do Programa "Brasil sem Miséria" atendidos no período	DAF/SCTIE	O Programa "Aqui Tem Farmácia Popular" ampliou a rede credenciada mapeada pelo plano Brasil Sem Miséria, passando a 962 Municípios abrangidos pelo Programa. (Fonte: PCPR/MS)
Percentual de demandas de incorporação tecnológica analisadas / avaliadas no prazo	quantidade de análises e avaliações realizadas em relação à demanda por incorporação de medicamentos no SUS	unidade	100%	100% das demandas do período	CONITEC /SCTIE	INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA em Números: (1) Demandas de incorporação tecnológica nos períodos: 110 (Externas: 71; Internas: 39); (2) Processos conformes: 39 (3) Tecnologias conformes avaliadas: 39; (4) Consultas Públicas: 19 e nº de contribuições: 1085; (5) Portal Conitec: todas as demandas e relatórios disponíveis. Cerca de 1.000 acessos em janeiro e 4.000 em junho (aumento de 300%)
Número de bolsas pagas no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde.	Total de bolsas pagas para os participantes do programa PET-Saúde	Unidade	71.989	76.557 bolsas pagas	SIG/PET	Na atuação do Pet-Saúde, foram concedidas 76.557 bolsas até dezembro de 2012 para qualificação em saúde da família, vigilância em saúde e outras. (Fonte:PCPR)
Número absoluto de óbitos por dengue	Número de óbitos confirmados por dengue, em determinado espaço geográfico, no período considerado.	unidade	435	284	SINAN	Durante o ano de 2012, foram confirmados 284 óbitos por dengue, correspondendo a uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram confirmados 484 óbitos. (Fonte: PCPR/MS)

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2012	Índice Apurado	Fonte	Obs.
Cobertura vacinal da tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano	Nº de crianças menores de 1 ano vacinadas com a 3ª dose da tetravalente/pentavalente dividido pela População de menores de 1 ano x 100.	percentual	≥95%	89,3%	SI-PNI/ API/ SINASC	A meta mensal e anual para a tetravalente é 95%. O índice apurado está baseado em dados preliminares do 1º semestre de 2012 (janeiro a junho) . Os dados de vacinação no país são coletados considerando a meta proporcional ao período apurado podendo sofrer alterações em qualquer tempo pela atualização dos bancos de dados.
Número absoluto de casos de malária	Número absoluto de casos de malária confirmados	Unidade	≤237.000	240.993	Sivep-Malária	O número de casos de malária registrado sofreu uma redução de 9% no período de janeiro a dezembro de 2012 (240.993) quando comparado com o mesmo período de 2011 (265.994).
Percentual de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) por causas presumíveis de morte materna investigados	Total de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) por causas presumíveis de morte materna investigados na região/ total de óbitos maternos e de MIF presumíveis de morte materna na região x 100	percentual	65%	80%	SIM	80% dos óbitos de Maternos, Infantis e Fetais investigados.
Número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total	Número de amostras de água examinadas para o parâmetro coliformes totais realizadas pela vigilância	unidade	406.702 (35%)	399.878 (33,46%)	SISAGUA	A Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano define o número de amostras de água, que devem ser analisadas mensalmente, para cada município. A meta estabelecida para o indicador define que a cada ano deve ser acrescido 5 pontos percentuais passando de 348.602 (30%) para 406.702 (35%) das análises de coliformes totais realizadas, em relação ao ano anterior, ou seja, um incremento de 58.100 análises. Conforme consulta ao Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - Sisagua, realizada em 18 de janeiro de 2013, foram realizadas, no ano de 2012, um total de 399.878 análises de coliformes totais, de um total anual de 1.195.176 amostras obrigatórias previstas pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, alcançando-se, portanto, um percentual de 33,46% de cumprimento da Diretriz Nacional. (Fonte: E-car).
Número de portadores de Hepatites Virais C com indicação de tratamento, recebendo medicamento	Número absoluto de portadores de Hepatites Virais C com indicação de tratamento, recebendo medicamento	unidade	14.000	14.138	CGCEAF/DAF/MS	O objetivo é a ampliação do nº de portadores de hepatite C tratados, passando de 11.600 (2010) para 14.000 em 2012. Os resultados de 2012 mostram que foram tratados 14.138 portadores de hepatite C, o que corresponde a um incremento de 28,5% em relação a 2011, que teve aproximadamente 11 mil pessoas tratadas. Existem hoje cerca de 290 serviços que atendem os portadores de

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2012	Índice Apurado	Fonte	Obs.
						hepatite viral C no país. (Fonte: PCPR).
Índice de Risco Sanitário em Portos, Aeroportos e Fronteiras	Riscos identificados em fiscalizações dividido pelos Riscos aplicáveis nas mesmas fiscalizações, multiplicado por 100.	Percentual	9%	8,3%	Sistema Sagarana -software Risk Manager	Meta cumprida. O Risco sanitário de 8,31%, ou seja, abaixo do limite máximo estabelecido pela meta. Como benefício para população está a prevenção de ocorrência de doenças e agravos por meio da promoção de ambientes e serviços saudáveis em Portos, Aeroportos e Fronteiras. O sistema Sagarana permite aprimorar o processo de gestão em vigilância sanitária ao mudar o foco da produção (inspeções realizadas) para o resultado desse trabalho (risco sanitário avaliado).
Incremento no número de culturas agrícolas analisadas quanto à presença de resíduos de agrotóxicos, passando de 20 para 22 culturas analisadas	Nº de novas culturas/nº total de culturas já analisadas x100	Percentual	2 novas culturas incluídas - milho e abobrinha	100%	Relatórios do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos	A meta para o ano de 2012 foi alcançada com a validação da metodologia de análise de mais duas culturas agrícolas, ou seja, abobrinha e milho.
Total de unidades farmacêuticas produzidas (Fiocruz)	Total de unidades farmacêuticas produzidas no ano	unidade	996.442.247	667.506.721	Fiocruz	A produção de medicamentos se relaciona diretamente com as perspectivas de necessidades do Ministério da Saúde em adquirir medicamentos da Fiocruz e desta forma a produção geral de unidades farmacêuticas foi estimada em 996.442.247. A execução foi de 67%, sendo impactada efetivamente pelo o que foi demandado pelo Ministério, inferior às expectativas da instituição.
Pacientes atendidos em atenção de referência pelos hospitais da Fiocruz ¹	Somatório do atendimento nas unidades de atenção por público alvo	unidade	81.120 pacientes atendidos em 2012	78.943	Fiocruz	O percentual de execução foi de 97%.
Exame laboratorial realizado ² pelas unidades da Fiocruz	Total de Exames laboratoriais de referência realizado no período	unidade	198.011	294.912	Fiocruz	Reavaliando a previsão anual para o ano de 2012, as unidades que prestam tal serviço estimaram 197.108 e, posteriormente, 198.011 exames a serem realizados. A execução superou a meta proposta em 49%, inclusive a programada no PPA. Fatores como epidemias, investigação epidemiológica para alguns agravos, interferem na programação inicial.
Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	Nº de ESF + Nº de ESF equivalente) X 3.000 em determinado local e período/Pop. no mesmo local e período X 100	%	62	54,84	SIAB e SCNES	A Estratégia de Saúde da Família apresenta uma cobertura de 54,82 % da população brasileira, contando com 33.404 equipes atuando em 5.298 municípios, das quais 1.109 equipes foram implantadas em 2012.

¹ Hospitais da Fiocruz que são referências nas áreas de saúde da mulher e da criança (Instituto Nacional de Saúde da Mulher e da Criança) e de doenças infecciosas (Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas).

² A Fiocruz possui 50 laboratórios e departamentos considerados centros de referência nacional ou internacional por instituições brasileiras e estrangeiras.

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2012	Índice Apurado	Fonte	Obs.
Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal	Soma da carga horária dos cirurgiões dentistas/40 X 3.000 em determinado local e período/População no mesmo local e período	%	50	36,7%	SIAB	Implantação de 788 Equipes de Saúde Bucal, totalizando 22.213 equipes operando em 4.903 municípios, atingindo uma cobertura populacional de mais de 69,6 milhões de pessoas.
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária.	Nº de exames citopatológicos do colo do útero, em mulheres realizados para detecção de lesão precursora do câncer do colo de útero na faixa etária de 25 a 64 anos em determinado local e ano / 1/3 da População feminina nesta faixa etária no mesmo local e ano.	Razão	0,75	0,80 (Razão Brasil de janeiro a março de 2012)	SIA e IBGE	Os dados do SIA permitem o envio para a base nacional com um período de até 90 dias, assim estamos esperando a finalização do terceiro trimestre de 2012 para realizar a análise dados.
Razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária.	Nº de mamografias para rastreamento realizadas em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos em determinado local e ano / 1/2 da População feminina nesta faixa etária, no mesmo local e ano	Razão	0,35	0,32 (Janeiro a Março de 2012)	SIA e IBGE	Os dados do SIA permitem o envio para a base nacional com um período de até 90 dias, assim estamos esperando a finalização do terceiro trimestre de 2012 para realizar a análise dados.
Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	$(N^{\circ} \text{ CAPS I} \times 0,5) + (n^{\circ} \text{ CAPS II}) + (N^{\circ} \text{ CAPSi}) + (N^{\circ} \text{ CAPS III} \times 1,5) + (N^{\circ} \text{ CAPS ad}) + (N^{\circ} \text{ CAPS ad III} \times 1,5) / \text{População} \times 100.000$	Taxa (/100.000)	0,76	0,80 % de cobertura em 2012:	Coordenação Geral de Saúde Mental e IBGE	A cobertura de CAPS/100.000 habitantes subiu de 0,72 registrados no final do ano de 2011 para 0,80 registrados no final de dezembro de 2012

5. Análise da execução até o 3º quadrimestre dos Objetivos Estratégicos do MS

OE 01: Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada. (Diretriz 1 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
Ampliar a área física e/ou reformar de 23 mil unidades básicas de saúde (UBS)	498,00	5.465 processos de ampliação/reformas de UBS habilitados	Habilitação de 5.458 propostas de ampliação e 5.247 de reformas.	12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS
Implantar 3.272 UBS, passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.164 até 2015	0,00	0	Habilitadas 555 propostas de construção de UBS	12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS
Ampliar em 46 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 244 mil agentes em 2011 para 291 mil até 2015	2.903,82	10.116 novos ACS contratados	6.658 novos ACS contratados	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Ampliar em 5.963 o número de equipes de saúde família, passando de 31.660 equipes em 2011 para 37.623 até 2015.	3.270,83	1.332 equipes implantadas	1.109 equipes implantadas	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Ampliar em 6.800 o número de equipes de saúde bucal, passando de 20.424 equipes em 2011 para 27.224 até 2015	728,00	1.452 ESB implantadas	788 equipes de saúde bucal implantadas	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Implantar 953 centros de especialidades odontológicas (CEO), passando de 950 CEO em 2011 para 1.903 até 2015	12,20	118 CEO's implantados	62 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) implantados	8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada
Implantar 160 novas equipes de saúde no sistema penitenciário, passando de 300 em 2011 para 460 em 2015	13,20	40 equipes de saúde no sistema penitenciário implantadas	Cadastradas 40 novas equipes	20B1 - Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional
Promover a adesão de 5.556 municípios ao programa "Saúde na Escola"	82,00	2.812 municípios com adesão ao programa "Saúde na Escola"	2.495 municípios com adesão ao programa "Saúde na Escola"	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Implantar 977 equipes de atenção à saúde domiciliar até 2015	82,25	376 equipes de atenção à saúde domiciliar implantadas	233 equipes implantadas, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP).	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800	74,00	23.144 transplantes de	23.999 transplantes realizados (16.705 Transplantes de Medula óssea e córnea e 7.294	20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
		órgãos sólidos e não sólidos realizados	transplantes de órgãos sólidos)	
Implantar 15 centros de alta complexidade em oncologia, passando de 28 centros em 2011 para 43 até 2015	23,05	3 centros de alta complexidade em oncologia implantados	5 Centros implantados (SP, PA, AL, RJ e BA)	7833 - Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON
Implantar 270 redes loco-regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015	0,00	0	N/A. Com o lançamento do Plano Viver Sem Limite em novembro de 2011, a Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência passou a ser responsável pela formulação e implementação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, uma das redes prioritárias do Ministério da Saúde e marco de governo da presidência. Sendo assim, as metas com que essa Área Técnica tem trabalhado foram adequadas ao contexto atual do Plano Viver Sem Limite.	N/A
Implantar, em pelo menos 10 estados do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias	9,00	3 estados com a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias implantada	Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, implantada em 27 Unidades Federativas.	4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas

N/A – não aferido ou aferição anual.

Informações Adicionais

Este bloco contempla a atuação governamental nos segmentos básico e especializado da atenção à saúde.

No segmento da atenção básica, essa atuação é caracterizada pela promoção e proteção da saúde, bem como pela prevenção de agravos, o diagnóstico oportuno, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. As principais ações básicas são orientadas por práticas sanitárias comunitárias e participativas. As unidades de atenção que dão suporte a essa linha tem circunscrição territorial e direcionamento para segmentos populacionais delimitados de acordo com a base populacional, constituindo-se em uma rede de unidades básicas de saúde, considerada uma das portas de entrada preferenciais do sistema de saúde.

O Ministério da Saúde, além de participar do financiamento e coordenar a elaboração e implementação das ações, desenvolve mecanismos de controle e avaliação dos serviços de atenção básica e presta cooperação técnica aos entes da federação na organização de ações de atendimento básico, a exemplo da Estratégia da Saúde da Família, Saúde Bucal, Hipertensão e Diabetes, Alimentação e Nutrição.

Na atenção especializada, compete ao gestor federal do SUS elaborar, monitorar e avaliar as políticas de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar, regular e coordenar as atividades do Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos, Urgência e Emergência, e a Atenção Hospitalar, bem como componentes necessários para buscar a integralidade da atenção.

A Estratégia de Saúde da Família atualmente apresenta uma cobertura de 54,82 % da população brasileira, contando com 33.404 equipes atuando em 5.298 municípios, das quais 1.109 equipes foram implantadas em 2012. Essa estratégia vem sendo expandida a outros espaços além do domiciliar a exemplo das iniciativas de promoção, prevenção e avaliação da saúde de estudantes de 56.157 escolas situadas em 2.495 municípios.

Visando a ampliação do acesso e da melhoria da qualidade, estabelecendo um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, bem como melhorar o atendimento das equipes de atenção básica, o Ministério da Saúde iniciou uma avaliação in loco do trabalho das equipes de atenção básica (EAB) que atendem em 3.972 municípios brasileiros por meio do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

Ao todo foram entrevistados mais de 17 mil profissionais integrantes das equipes e cerca de 66 mil usuários com finalidade de avaliar questões como o acesso dos usuários aos serviços e tempo de espera para consultas em atenção básica. Foram observadas também as condições de infraestrutura, equipamentos, materiais e medicamentos em todas as unidades de saúde do País por meio da realização do censo das Unidades Básicas de Saúde.

Durante este ano foram contratados 6.658 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e implantados 365 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), estratégia que oferece apoio especializado às Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio de equipes multiprofissionais, na perspectiva de aumentar a capacidade de resolução dos problemas, totalizando 1.929 NASF em todo o Brasil.

Por meio do Programa Melhor em Casa que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas neste ano, 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que atuam em todas as regiões do país. Igualmente, no mesmo período, foram habilitadas 511 (EMAD) e 231 (EMAP), perfazendo um total de 742 equipes habilitadas.

Desde que o Melhor em Casa foi lançado, mais de 86.000 internações domiciliares já foram realizadas e repassados mais de R\$33,4 milhões a estados e municípios.

Outra ação, desenvolvida pelo Ministério da Saúde, na busca da melhoria das equipes de Saúde da Família foi à oferta de 300 vagas para o Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família (CEABSF/UFMG). Desde sua primeira edição, o CEABSF já ofertou 2.325 vagas, qualificou 894 profissionais e mantém outros 589 em processo de formação. Soma-se a esta ação na busca da melhoria do atendimento, a publicação de cartilha que orienta atendimento às

vítimas de queimaduras e distribuição de 424.500 mil exemplares da cartilha para as SES, as SMS, os Hospitais Gerais e os Especializados, os postos e centros de saúde, as unidades básicas, as policlínicas, os prontos-socorros gerais e especializados, os prontos atendimentos, entre outros serviços de saúde.

O Programa de Requalificação de UBS, instituído em 2011, com objetivo principal de prover infraestrutura adequada às equipes de Atenção Básica, em 2012, beneficiou 3.872 municípios em todo Brasil, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS. Ao longo do ano este Programa habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 555 propostas de construção de UBS. Nesse mesmo ano, foram construídas mais 263 novas UBS, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas entre os anos de 2009 e 2011. Destaca-se, também, o cadastramento de 62 propostas de UBS Fluviais.

Com relação à Saúde Bucal, observou-se a continuidade da intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) tendo sido implantados 62 centros, perfazendo um total de 944 unidades em 774 Municípios. Nesta área destacam-se ainda:

- Produção de mais 376 mil próteses dentárias um acréscimo de 24% se comparado ao mesmo período de 2011;
- Ampliação do repasse pago por prótese para os municípios passando de R\$100,00 para R\$150,00;
- Ampliação dos recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal como parte da Estratégia Saúde da Família, tendo como resultado a implantação de 788 Equipes de Saúde Bucal, totalizando 22.213 equipes operando em 4.903 municípios, atingindo uma cobertura populacional de mais de 69,6 milhões de pessoas;
- Doação de 2.596 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para municípios com maior concentração de populações vivendo em extrema pobreza.

Em relação à atenção especializada (AE) o MS seguiu expandindo o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada pelo Governo Federal. O Brasil conduz um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo e o acesso a todas as etapas do processo. Destaca-se o crescimento do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o consequente incremento na identificação de doadores de medula óssea.

No primeiro semestre de 2012, o Redome já contava com 2,9 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o 3º maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Cerca de 70% dos doadores são identificados dentro do Brasil. Ao final de 2012, foram realizados 16.705 Transplantes de Medula óssea e córnea e 7.294 transplantes de órgãos sólidos totalizando 23.999.

Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de 3 Unidades Internacionais (UI)/per capita de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes. Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante. Foram ainda realizadas mais de 160 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

No que tange ao tratamento de câncer, em 2012 foi sancionada a Lei Nº 12.732 que fixa o prazo de até 60 dias para o início do tratamento de câncer maligno pelo SUS, contado a partir do diagnóstico da doença. De acordo com a Lei, o primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia ou cirurgia, conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

OE 02: Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde. (Diretriz 7 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 Unidades Federadas para as 27 até 2015.	23,00	25 UF com confirmação laboratorial ampliada para Hepatite C	N/A	6161 - Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para prevenção e Controle de Doenças 20QD - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
Aumentar para mais de 90% a proporção de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 em 2015.	20,10	23 UF com mais de 90% de causa básica de óbitos definida	24 UF com mais de 90% de causa básica de óbitos definida	20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando de 62,39% para 70% o percentual dos municípios com 95% de cobertura vacinal.	50,00	70% dos municípios com cobertura vacinal ampliada	70% dos municípios com cobertura vacinal ampliada	6031 - Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças
Ampliar a cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 64,4% em 2009 para 85% até 2015	14,00	75% dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera curados	Resultado para o ano de 2012 será apurado em 2013. Para o ano de 2011, o apurado foi de 71,1%	6184 - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose
Construir, reformar e/ou ampliar e equipar 30 Centrais de Rede de Frio de imunobiológicos até 2015.	12,50	11 Centrais de Rede de Frio de imunobiológicos construídas/reformadas/ampliadas e equipadas	O Levantamento Nacional da Situação da Rede de Frio realizado em 2011 em toda a rede sugeriu como prioritária a alocação de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos de refrigeração. O repasse de recursos financeiros na condição de incentivo de fomento à Rede de Frio no valor total de R\$ 19.992.300,00 (Portaria 2.992 publicada em 26 de dezembro de 2012) priorizou à aquisição de equipamentos (geradores de energia e aparelhos de ar condicionado) para as	6031 - Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
			Centrais Estaduais e Centrais Regionais de Rede de Frio.	
Reduzir a incidência de Aids de 20,1/100.000 hab. em 2009 para 18,9/100.000 hab. até 2015	252,00	19,7/100.000 hab. da incidência de Aids	Resultado para o ano de 2012 será apurado em dezembro de 2013. Para o ano de 2011, o apurado foi de 20,2 casos para cada 100.000 hab.	20QD - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 20AC - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para ações de prevenção e qualificação da atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
Reduzir a incidência parasitária anual por malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,5/1000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015	16,00	11/1000 hab. da incidência parasitária anual por malária	9,2 casos/1.000 habitantes em 2012	6186 - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária
Reduzir em 44% o coeficiente de prevalência da hanseníase até 2015, passando de 1,75/10.000 hab. para 0,98/10.000 hab. em 2015	42	Coeficiente de prevalência da hanseníase reduzido para 1,39/10.000 hab	1,49	6185 - Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas 20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
Reduzir em 50% o número absoluto de óbitos por dengue até 2015, sendo 10% a cada ano, passando de 671 óbitos em 2010 para 335 óbitos em 2015	214,30	10% do número absoluto de óbitos por dengue reduzido	41 % de redução do nº de óbitos por dengue reduzido em relação a 2011	6235 -Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue 20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
Ampliar de 12 para 100 o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador	11,00	50%de Cerest desenvolvendo ações de vigilância em saúde do trabalhador	61 %	6188 - Coordenação Nacional da Política de Saúde do Trabalhador
Implantar as academias de saúde, chegando a 4.000 unidades em 2015	32,60	228 academias de saúde implantadas	155 academias de saúde em funcionamento	20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
Ampliar a Renast, com a instalação de 10 novos Cerest voltados prioritariamente para a população trabalhadora rural.	4,00	8 novos Cerest voltados prioritariamente para a população trabalhadora rural habilitados	8 Cerest habilitados (1-GO, 2 -MT, 1- PI, 1 – MS, 1 – MG, 1-GO e 1-CE).	6188 - Coordenação Nacional da Política de Saúde do Trabalhador
Apoiar 1.125 comunidades – remanescentes de quilombos e rurais – com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de medidas de saneamento.	2.030.000,00	203 comunidades apoiadas	236 comunidades apoiadas	20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano
Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento.	3.720.000,00	246 municípios apoiados	316 municípios apoiados	20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais.	3,50	26 municípios apoiados	3 municípios apoiados	20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes
Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento, com ênfase na elaboração de planos municipais de saneamento básico.	35,00	115 municípios apoiados	137 municípios apoiados	20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes
Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos.	25,00	100 comunidades remanescentes beneficiadas com a contratação de obras	122 comunidades beneficiadas	7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais
Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais, incluindo os assentamentos da reforma agrária, ribeirinhos, reservas extrativistas, entre outras.	48,70	150 comunidades rurais beneficiadas com a contratação de obras de saneamento	258 comunidades rurais beneficiadas	7657 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais
Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem.	2,00	2 municípios beneficiados	N/A	3883 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos.
Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos.	38,60	120 municípios beneficiados	N/A	10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares.	103,00	193 municípios beneficiados	156 municípios beneficiados	7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
Contratar 2.703 projetos de engenharia de sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, para apoio à execução de intervenções nestes âmbitos, em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade insatisfatória.	190,00	1000 projetos de engenharia contratados	453 projetos de engenharia contratados	10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
				10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 10GE - 50.000 Hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ride)

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
Ampliar o número de amostras no controle da qualidade da água relativas aos parâmetros “coliforme total” e “turbidez”, passando de 28% (333.962) de realização da análise no parâmetro “coliformes totais” e 27% (346.443) no parâmetro de “turbidez” em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015.	2,00	35% de amostras realizadas	33,46% de amostras realizadas para o parâmetro Coliforme Total. 32,57% de amostras realizadas para o parâmetro turbidez	8720 - Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde Ambiental
Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas	20,00	40 municípios beneficiados	50 municípios	3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas
Implantar o modelo de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos nas 27 UF até 2015.	7,50	6 UF com proposta de modelo de atenção integral à saúde das populações expostas a agrotóxicos elaborada	6 UF (PR, GO, MT, MS, SP, e RS) elaboraram documentos estratégicos contendo a proposta com as ações para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.	8720 - Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde Ambiental
Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas – atualmente um total de 20 – a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos.	2.032.250,00	2 culturas agrícolas	2 novas culturas incluídas (milho e abobrinha)	8719 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos
Reduzir em 50% a subnotificação de intoxicações por agrotóxicos até 2015, sendo 10% a cada ano, passando de 6.240 para 11.423 casos de intoxicação notificados no Sinan.	5,00	8.292 notificações	N/A	4382 - Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças
Aumentar em 25% a cobertura do sistema de vigilância alimentar e nutricional (Sisvan).	5,00	7,5% de aumento da cobertura	17,4% (dados preliminares da cobertura do Sisvan)	20QH - Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
Reduzir a desnutrição energético-proteica (déficit ponderal) entre crianças menores de cinco anos de idade em 10%, passando de 4,4% em 2011 para 4,0% em 2015.	Não possui meta financeira	4,3%	N/A	20QH - Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
Reduzir a desnutrição crônica (déficit de estatura) entre crianças menores de cinco anos de idade em 15%, passando de 13,5% em 2011 para 11,5% em 2015.	Não possui meta financeira	13,1%	N/A	8735 - Alimentação e Nutrição para a Saúde
Reduzir em 25% o consumo de sal na população brasileira, passando de 12g/pessoa/dia, em 2008/2009, para 9g/pessoa/dia até 2015.	Não possui meta financeira	11g/pessoa	Assinado termo de compromisso entre o Ministério da Saúde e a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a pactuação de metas de redução dos níveis de sódio em	8735 - Alimentação e Nutrição para a Saúde

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
			temperos e caldos, cereais matinais e margarinas vegetais.	

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

Este bloco trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

As atividades desenvolvidas estão baseadas na análise da situação de saúde para identificação de perfis e fatores de risco de interesse da saúde pública. Essas atividades permitem o manejo adequado da vigilância em saúde e a avaliação epidemiológica de perfis sanitários, de serviços, de ações e de programas, subsidiando a formulação de políticas de saúde e decisões gerenciais.

Em 2012, no período de janeiro a dezembro, foram confirmados 4.055 casos graves de dengue correspondendo uma redução de 62% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram confirmados 10.545 casos graves. Com relação aos óbitos, foram confirmados 284 óbitos por dengue correspondendo uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram confirmados 484 óbitos. A redução dos casos graves de dengue no país pode ser atribuída ao esforço de antecipação das atividades de prevenção de estados e municípios que receberam R\$ 1,73 bilhão para custear as ações de vigilâncias, qualificação das atividades de controle de vetores, e assistência que corresponde a uma alta de 29% em relação ao R\$ 1,34 bilhão aportado em 2011. Além deste montante, foram investidos R\$ 173,3 milhões neste ano para intensificar as medidas de vigilância, prevenção e controle da dengue, por meio do piso de qualidade da vigilância. Esta verba pode ser usada para ações como compra de equipamentos e treinamento de pessoal.

O Ministério da Saúde também desenvolveu, em parceria com estados e municípios, outras ações como revisão e atualização dos planos de contingência e a manutenção de estoque estratégico de inseticidas e kits diagnóstico para atendimento rápido às demandas durante o maior período de incidência da doença.

No período de janeiro a dezembro de 2012, o percentual de testagem anti-HIV entre os pacientes com tuberculose foi de 52,2%. Foi realizada, em setembro de 2012, a segunda reunião com Grupo de Técnico TB-HIV, com especialistas em coinfeção representantes de diferentes estados, além de representantes da academia. Nesse encontro foram finalizadas as diretrizes para “Serviços de Atenção Especializados em HIV/Aids” (SAE) em relação a organização do serviço para atendimento do coinfectado TB-HIV. Também foi elaborada uma Nota Técnica sobre a Rifabutina, medicamento que compõe o esquema de tratamento da tuberculose em pacientes coinfectados TB-HIV em uso de certos antirretrovirais.

Em relação à hanseníase, o percentual de cura nas coortes de casos novos de hanseníase entre janeiro e dezembro de 2012 foi de 79,3% dos 33.572 casos novos da coorte, 26.637 curaram até o momento (93,0% da meta estabelecida para 2012). Fonte: Sinan-banco de dados de 08/02/2013. Em período aproximado do ano anterior o valor estava em 80,5% (base de dados: 12/01/2012). Tendo em vista que o encerramento da base de dados será apenas em março de 2013 e que já tem-se 93,0% de cumprimento da meta, há perspectiva de alcance do pactuado em 2012. O efeito do incentivo financeiro para os municípios prioritários, pela portaria nº 2.556/2011, do monitoramento e assessorias técnicas às secretarias estaduais contribuirão para os resultados esperados. O efeito das ações de disponibilização de incentivo financeiro para os municípios prioritários, pela portaria nº 2556/2011, dos monitoramentos e assessorias técnicas às secretarias estaduais também contribuirão nos resultados alcançados.

Durante o ano foram tratados 14.138 indivíduos portadores de hepatite C, o que corresponde a um alcance de 100% da meta estipulada que foi de 14 mil pacientes.

A meta de cobertura vacinal para vacina contra influenza sazonal é 80% para cada população-alvo. As coberturas vacinais alcançadas após a campanha de 2012 foram: crianças (95,51%); Trabalhadores de Saúde (114,19%); Gestantes (80,66%); Indígenas (84,40%), idosos (81,98%). A cobertura total ficou em 86,09%. Os dados demonstram que as metas foram alcançadas em todos os grupos elegíveis e na cobertura total do país.

Com relação à cobertura vacinal contra febre amarela nas áreas de recomendação de vacina (ACRV), a avaliação dos dados de 2012 apresenta uma cobertura vacinal de 70%. Parte deste

resultado deveu-se a institucionalização do monitoramento rápido de coberturas como mecanismos de melhoria das coberturas, homogeneidade e garantia de status de controle, eliminação e ou erradicação de doenças.

No caso da vacina tetravalente, cuja finalidade é imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche e meningite, foi atingida a meta de homogeneidade para o ano, ou seja, 70% dos municípios atingiram 95% da cobertura vacinal.

O número de casos de malária registrado sofreu uma redução de 9% no período de janeiro a dezembro de 2012 (240.993) quando comparado com o mesmo período de 2011 (265.994). Os estados que apresentaram aumento no número de casos foram AM (+41%), e AC (+20%); enquanto o restante apresentou redução, AP (-20%), MA (-37%), MT (-22%), PA (-31%), RO (-21%), RR (-41%) e TO (-34%). Não foi identificado desabastecimento de antimaláricos ou inseticidas. Observou-se aumento de malária em garimpos (+11%) e áreas indígenas (+21%) e redução em assentamentos agrários (-30%), área urbana (-5%) e o restante da área rural (-16%). No período de janeiro a novembro, foi observada uma redução de 33,5% nas internações por malária, passando de 4.235 em 2011 para 2.816 em 2012. Apesar de termos iniciado o ano com aumento no número de casos de malária em relação ao ano anterior, houve uma inversão da tendência a partir do mês de junho conforme apuração parcial de fevereiro do Índice Parasitário Anual 2012 que está em 9,2 casos/1.000 habitantes.

Com vistas a diminuir a obesidade na população brasileira o MS assinou um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecem metas nacionais e a retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

OE 03: Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. (Diretriz 3 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado	Ação Orçamentária
Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento	12,00	40 maternidades com proposta de ambiência aprovada	Aprovadas propostas referentes à ambiência de 47 maternidades.	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 50% até 2015	20,10	Investigação de óbitos infantis e fetais ampliada para 35%	A investigação em 2012 será iniciada em 2013 devido à complexidade da investigação de óbitos infantis e fetais.	6842 - Análise de Situação em Saúde
Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015	20,10	Investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil ampliada para 65%	80% dos óbitos de Maternos, Infantis e Fetais investigados.	6843 - Análise de Situação em Saúde
Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto-risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015	17,10	171 leitos de UTI para adulto implantados	1.602 leitos de UTI implantados	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015	22,74	227 leitos de UTI neonatal implantados	1.639 novos leitos de UTI neonatal implantados	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas	0,24	50 parteiras capacitadas	90 parteiras capacitadas	8762 - Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravo
Custear 3.141 leitos de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015	186,00	2.026 leitos de UCI custeados	2.986 leitos de UCI custeados	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Implantar 156 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 (implantadas pela "Rede Cegonha") em 2011 para 192 até 2015	14,98	51 propostas de CGBP aprovadas	14 propostas de CGBP aprovadas	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela "Rede Cegonha") em 2011 para 284 até 2015	20,07	110 propostas de centros de parto normal aprovadas	25 propostas de centros de parto normal aprovadas	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama.	15,00	12 serviços de referência implantados	Acompanhamento de 18 propostas de estruturação de serviços de Diagnóstico Mamário	8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
Implantar 20 serviços de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras	1,50	10 serviços de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras implantados	23 propostas de implantação de Serviços para confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras do câncer do colo do	8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado	Ação Orçamentária
			útero acompanhadas	
Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais	40,00	3.800.000 mamografias bilaterais realizadas	3,3 milhões de mamografias bilaterais realizadas	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Realizar 48 milhões de exames citopatológicos	7,38	8,8 milhões de exames citopatológicos realizados	8,3 milhões de exames citopatológicos realizados	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela "Rede Cegonha"		30% de teste de eletroforese realizados	N/A A partir de março/2012, passou a ser registrado/informado no sistema SISPRENATAL WEB por meio da funcionalidade de exames adicionais o qual o profissional de saúde solicita a usuária gestante SUS. Assim, houve necessidade de incluir no campo eletroforese de resultado alterado a sinalização do resultado quando () Traço falciforme e ou () Doença Falciforme. Em relação à meta a análise é que estamos qualificando a rede, porém ainda não alcançou a meta.	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela "Rede Cegonha"	30,00	50% de teste rápido da sífilis realizado	No ano de 2012 foram adquiridos 4,8 milhões de testes rápidos (TR) de sífilis.	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

A atenção ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às mulheres negras e população LGBT são áreas prioritárias de atuação em saúde da mulher.

Essa atuação compreende o reconhecimento do conceito de atenção como o cuidado médico e de toda a equipe de saúde referenciado às práticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres.

A implementação desse objetivo organiza-se a partir do desenvolvimento da “Rede Cegonha” (estratégia de qualificação da atenção obstétrica e infantil), por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir: (i) acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré natal; (ii) vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; (iii) boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; (iv) atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e (v) ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.

Para cobertura dessas ações serão financiadas as atividades previstas nos quatro componentes da rede: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e sistema logístico, o qual inclui transporte sanitário e regulação. Essas atividades compreendem a expansão da quantidade e qualidade de leitos infantis e maternos.

Foram contemplados também projetos para o financiamento de reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e materiais para adequação da ambiência dos serviços de saúde que realizam partos. Até 10 de dezembro de 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 47 maternidades, construção de duas maternidades, ampliação e equipamentos de 14 Centros da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP) e ampliação e equipamentos de 25 Centros de Parto Normal (CPN).

A Rede Cegonha investe na qualificação e ampliação das equipes incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetrizas. Durante o ano de 2012 foram abertas 156 vagas em residência e 300 em especialização em enfermagem obstétrica. Todos os estados da federação aderiram à rede cegonha contemplando 4.893 municípios com uma cobertura de 2.095.753 gestantes.

Outro importante passo para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do SisPreNatal, software desenvolvido pelo Datasus, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN).

Este ano foi realizada pesquisa de satisfação da usuária da Rede Cegonha, realizada por meio de inquérito telefônico, operacionalizado pelos teleatendentes da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado (telefone 136), no período de 10 de maio a 30 de junho de 2012.

O Ministério da Saúde e o Ministério da Educação lançaram o Programa Nacional de Residência em Enfermagem Obstétrica (PRONAENF), uma iniciativa pioneira do governo federal para incentivar instituições de educação superior a promover a formação de profissionais com especialidade em enfermagem obstétrica. O programa também divulga informações sobre a seleção de Programas de Residência em Enfermagem Obstétrica e pretende capacitar enfermeiros obstetras para serem inseridos no Sistema Único de Saúde, sobretudo, nas regiões que aderiram à estratégia Rede Cegonha.

Foi realizado o 1º Seminário de Implantação da Rede Cegonha no Distrito Federal com o objetivo de promover um debate entre gestores de todas as regionais de Saúde quanto ao acesso, à qualidade e humanização da assistência materno-infantil.

Outra realização do Ministério da Saúde foi à publicação da nota técnica conjunta nº 391/2012 que contém orientações sobre a implantação do teste rápido de sífilis congênita, apresentada por videoconferência com as secretarias de saúde, juntamente com as ações que estão sendo realizadas para implantação do teste na Atenção Básica. O objetivo é eliminar a transmissão da doença de mãe para filho, até o ano de 2015, conforme estabelece as Metas do Milênio.

Fortalecendo ainda mais as ações da Rede, foi aberto oficialmente o mestrado profissional da Rede Cegonha, que tem como uma das grandes finalidades acompanhar no tempo presente e no tempo pretérito os feitos e os efeitos da experimentação de mudar processos de gestão, processos de trabalho, sobretudo, aqueles que se encarnam em processos de atenção e de cuidado. Além disso, promoveu-se um seminário internacional que teve como objetivo estimular o debate sobre esta estratégia e incentivar a implantação, qualificação, monitoramento e avaliação da assistência ao parto normal nos Centros de Parto Normal.

O Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), que realiza o Teste do Pezinho, ampliou o acesso a exames em seis estados brasileiros. Uma iniciativa que reforça o cuidado com a criança, preconizado pela estratégia Rede Cegonha, assim, alguns estados foram habilitados na Fase III do programa, o significa que passarão a diagnosticar além do hipotireoidismo congênito, a fenilcetonúria e a doença de falciforme, a fibrose cística.

OE 04: Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção. (Diretriz 2 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas_PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015	262,92	540 ambulâncias adquiridas	1.000 ambulâncias adquiridas	8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192
Reformar, ampliar ou equipar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Atenção às Urgências até 2015	244,00	58 unidades de atenção especializada reformadas/ampliadas ou equipadas	54 unidades estruturadas	8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, unidade de cuidado intermediário/UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Atenção às Urgências até 2015	56,00	540 leitos hospitalares implantados	7.868 leitos hospitalares implantados (*)	8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
Implantar 500 UPA, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015	345,84	191 UPA's implantadas	266 novas UPAS em funcionamento e 158 UPAs habilitadas	12L4 - Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA
Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do SAMU até 2015	3,41	16 novas centrais de regulação do SAMU implantadas/expandidas	16 novas centrais de regulação do SAMU implantadas/expandidas	8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192

N/A – não aferido.

(*) Total Leitos Clínicos Novos: 4627; Total Leitos UTI Neonatal: 1.639; Total de Leitos UTI Adulto Risco obstétrico: 1.602.

Informações Adicionais

O Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU 192) é um componente da Política Nacional de Atenção às Urgências e tem forte participação na redução do número de óbitos, do tempo de internação em hospitais e às sequelas decorrentes da falta de socorro, principalmente no contexto das emergências clínicas.

Em 2012 foram adquiridas 1.000 novas ambulância para operação do SAMU totalizando 2.728 unidades móveis, sendo 2.083 (77%) Unidades de Suporte Básico (USB), 485 (18%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 152 (5%) Motolâncias, sete Equipes de Embarcação e duas Equipes de Aero médico.

Atualmente o SAMU conta ao todo com 179 Centrais de Regulação, dos quais 16 implantados em 2012, empenhados na regulação deste serviço em torno de 2.360 municípios somando uma população com acesso ao SAMU de 129,5 milhões de habitantes correspondendo a uma cobertura populacional de 68%.

Nessa linha de atendimento, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em componente da Política Nacional de Atenção às Urgências, de disponibilização ininterrupta, com potencial para resolver até 97% dos casos atendidos reduzindo as filas nos prontos-socorros dos hospitais. Oferecem estrutura simplificada - com Raios-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação.

No Plano de Aceleração do Crescimento PAC2 2010 a 2014 está previsto o funcionamento de 500 UPA, das quais 266 já entraram em operação em 2012, e habilitação de outras 158 UPA para implantação, sendo 26 ampliações de unidades de saúde para transformação em UPA e 132 novas construções.

OE 05: Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas. (Diretriz 4 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado	Ação Orçamentária
Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa "De Volta para Casa", passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015	18,60	4.386 beneficiários (600 novos) com o Programa "De Volta para Casa"	4.085 beneficiários	20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
Implantar 3.508 novos leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais e qualificar 1.615 leitos existentes, passando de 4.121 em 2011 para 7.629 até 2015	192,08	2.785 leitos implantados/qualificados	520 leitos implantados	8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
Implantar e implementar 640 centros de atenção psicossocial (CAPS), passando de 1650 em 2011 para 2290 até 2015	15,00	10 CAPS construídos e 160 CAPS equipados	285 CAPS implantados	8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
Implantar e implementar 641 Unidades de Acolhimento até 2015	12,60	180 UA implantadas/ implementadas	Incentivados 66 UA (40 UA adulto e 26 UA infantil)	20B0 - Atenção Especializada em Saúde Mental

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

O modelo adotado para essa linha de atuação busca garantir a atenção à saúde e a livre circulação das pessoas com transtornos mentais. Para dar suporte a essa proposição o SUS conta com uma rede de serviços e equipamentos variados tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

Para fornecer apoio financeiro aos segmentos populacionais com fragilidade de renda, o Programa de Volta para Casa oferece bolsas para egressos de longas internações em hospitais psiquiátricos, possibilitando a manutenção do tratamento com base residencial.

O fortalecimento dessa rede compreende o apoio financeiro à ampliação do acesso e a qualificação do tratamento a usuários e dependentes de álcool, crack e outras drogas, bem como o atendimento de seus familiares. Entre as estratégias, é fundamental o custeio dos consultórios na rua, incluindo a expansão dessas unidades, com a incorporação de equipes multidisciplinares volantes para o atendimento às pessoas em situação de rua, com desenvolvimento de ações de prevenção, redução de danos, promoção e cuidados básicos em saúde.

Em 2012 o Ministério da Saúde intensificou a atuação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e promoveu ações do Programa Crack, é Possível Vencer. Foram destinados recursos financeiros para a abertura ou ampliação de 285 CAPS, com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas, o que representa um aumento de 23% sobre a rede existente em 2011. Essa expansão levará a capacidade operacional de todos os CAPS a 40 milhões de atendimentos por ano, dentre os quais 7,5 milhões de atendimentos em CAPS especializados nos problemas relacionados ao álcool e outras drogas.

O programa do governo federal "Crack, é Possível Vencer" recebeu adesão de 12 estados. As ações do pacto visam aumentar a oferta de tratamento de saúde e de atenção aos usuários de drogas, para enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e para ampliar atividades de prevenção.

Outros destaques:

Publicado edital para financiar a criação de Centros Regionais de Referências para formação de profissionais de saúde, assistência social, segurança, agentes comunitários e agentes do sistema judiciário e policial em temas sobre a prevenção ao uso de crack e outras drogas;

Repassados repassados recursos para a abertura ou qualificação de 520 leitos em enfermarias especializadas de saúde mental localizadas em hospitais gerais e ampliado o valor do custeio desses leitos em até 250%;

Incentivada a abertura de 66 Unidades de Acolhimento com permanência de até seis meses para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados às drogas; e credenciados 27 consultórios na rua, sendo que 26 destes já estão implantados;

Reforçado o processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios por meio do incentivo à abertura de 90 novas residências terapêuticas e o incremento do seu custeio, além do aumento da rede CAPS já mencionado, o que resultou em 4.085 beneficiários do Programa de Volta para Casa, benefício mensal pago a ex-moradores de manicômios em todo o Brasil.

OE 06: Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção. (Diretriz 5 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Área	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado	Ação Orçamentária
Capacitar 400 profissionais para o desenvolvimento do processo qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nos estados e municípios até 2015	SAS	0,70	100 profissionais capacitados	Foram disponibilizadas 1.000 vagas. Com as desistências, hoje são 867 alunos efetivos	6178 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
Capacitar cinco mil profissionais em saúde do idoso e envelhecimento ativo na modalidade de ensino a distância até 2015	SAS	2,00	1250 profissionais em saúde do idoso e envelhecimento ativo capacitados	1000 alunos na modalidade EAD em capacitação	6178 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
Realizar, anualmente, inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas	SVS	3,00	1 inquérito realizado	1 inquérito em andamento (conclusão da coleta de dados das 34.000 entrevistas realizadas)	6170 - Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos Não Transmissíveis

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

Este objetivo contempla a atenção integral à saúde da população idosa, com ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Os meios empregados objetivam preservar a autonomia do idoso, tanto na sua independência física, como na psíquica, e ampliar o acesso à medicação das doenças crônicas.

A orientação dessa linha de cuidados para a promoção da saúde da pessoa idosa procura ampliar, sobretudo, o seu grau de independência para o autocuidado – envolvendo familiares e comunidade. Esse modelo deverá organizar, por exemplo, as linhas de cuidado para idosos frágeis, por intermédio da formação de cuidadores, e a adequação da estrutura dos pontos de atenção da rede, de forma a melhorar a acessibilidade e o acolhimento. Insere-se nesse modelo, a ampliação da atenção biopsicossocial à pessoa idosa em situação de violência.

Com relação à prevenção e controle de doenças crônicas, o MS desenvolve um conjunto de ações, como a distribuição gratuita de medicamentos e a promoção de práticas e hábitos saudáveis, a exemplo da alimentação saudável, bem como da redução no consumo de sódio e de gorduras nos alimentos industrializados.

Em 2012 destacam-se a construção do projeto Observatório Nacional do Idoso, que tem como foco central a criação de um portal virtual, de abrangência nacional, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de atenção à saúde da pessoa idosa no SUS; a promoção do II Encontro Nacional de Coordenadores da Saúde do Idoso nos dias 6 a 8 de junho de 2012 cujo objetivo foi discutir a organização dos estados, municípios e Distrito Federal para o atendimento à população idosa, considerando todos os níveis de complexidade da Rede de Atenção à Saúde no SUS; e a implantação do Sistema de Monitoramento da Saúde e Qualidade de Vida dos Idosos (SISAP/Monitor-Idoso), com o objetivo de oferecer informações que auxiliem o planejamento de ações e decisões voltadas à população idosa, além de ser um instrumento de monitoramento de metas e diretrizes pactuadas pelas políticas.

No que tange a capacitação à distância para profissionais de nível superior em saúde do idoso, o curso esta em andamento com termino previsto para março de 2013. Estão atualmente realizando as atividades do curso 1.000 alunos distribuídos entre as regiões das regiões sul, sudeste e centro oeste. No âmbito do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS) o cenário atual é de 6.584 vagas disponíveis para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para curso de aperfeiçoamento em Saúde do Idoso nas ETSUS (nas Escolas Técnicas do SUS) dos Estados do AC, AL, AP, ES, GO, MS, PA, PR, RN, SE, SC, SP, RJ, RS, RO, RR.

OE 07: Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais. (Diretriz 6 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde	1,227	65,0% da população indígena com cobertura vacinal (linha de base: 14 DSEI em 2011 - dados preliminares)	71% de crianças menores de 7 anos com esquema completo de vacinação.	8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distritos Sanitário Especial Indígena	0,125	8 contratos estabelecidos	12 contratos estabelecidos	8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Implantar a estratégia "Rede Cegonha" nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena	0,455	8 DSEI com a "Rede Cegonha" implantada	Ampliada a articulação com a SAS para assegurar a inserção dos DSEI na Rede Cegonha. Atualmente a SESAI participa do comitê da Rede Cegonha da SAS/MS.	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes	58,50	150 sistemas de abastecimento de água (SAA) contratados	Contratadas 128 obras de novos SAA.	7684 - Saneamento básico em aldeias indígenas para a prevenção e controle de agravos
Reformar e estruturar 58 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015	2,00	15 Casas de Saúde Indígena (CASAI) reformadas/ estruturadas	Contratadas obras para construção de duas novas CASAI e a contratação de obras de reforma/ampliação de cinco.	3869 - Estruturação de unidades de saúde para atendimento à população indígena

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), elaborou em 2012, o Plano Estratégico de Reestruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), a partir da criação do Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e Segurança Alimentar dos Povos Indígenas (Decreto Presidencial de 5 de junho de 2012). O plano visa prevenir óbitos maternos e infantis e fortalecer as ações de atenção básica nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e para sua implementação imediata, foram definidos 16 DSEI prioritários, que concentram 70% dos óbitos em menores de um ano.

Dentre as ações realizadas no ano de 2012 destacam-se:

- a) Ações intensivas de atenção à saúde em seis DSEI (Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Vale do Javari e Xavante) com 9.700 atendimentos em regiões com altos índices de mortalidade infantil e de difícil acesso geográfico;
- b) Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 68,8% do das crianças indígenas desta faixa etária;
- c) Capacitação de 284 profissionais na Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância (AIDIPI), como estratégia para o aprimoramento das ações de saúde com ênfase na redução da Mortalidade Infantil;
- d) Estruturação e aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos DSEI com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, realização de Oficina de Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena, e a implementação da suplementação de Vitamina A;
- e) Realizados treinamentos nos 34 DSEI para a aplicação de testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatite B e C.

No que se refere ao saneamento em áreas indígenas, destacam-se a contratação de 128 obras para implantação de novos Sistemas de Abastecimento de Água, beneficiando aproximadamente 50.000 indígenas.

No que tange a estruturação física para atendimento à saúde indígena, foram contratadas obras para construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (CASAI); reforma/ampliação de cinco CASAI, construção de três Polos Base, nove Postos de Saúde, reforma da sede do DSEI Litoral Sul e a construção de dez Unidades de Apoio para Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN) no DSEI Médio Rio Solimões.

A Sesai tem, ainda, como uma de suas missões o fortalecimento das instâncias de controle social por meio do apoio administrativo, financeiro e técnico. O Controle Social Indígena é exercido pelos Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI), Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI). Durante o ano de 2012, foram realizadas as seguintes ações:

- a) Estruturação e o funcionamento dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena;
- b) Regularização de 94% dos mandatos eletivos dos Presidentes e Vice-Presidentes;
- c) Realização de 103 reuniões de CONDISI e 7 reuniões do Fórum de Presidentes e entrega a 15 Conselhos de 15 Kits do Programa de Inclusão Digital (computador, impressora, TV e antena parabólica).

Destacam-se ainda:

- a) Implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HORUS) nos 24 DSEI e em 68 CASAI;
- b) Desenvolvimento de Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena com a execução de dois projetos piloto;
- c) Aquisição de 129 itens da tabela da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) para distribuição aos 34 Dsei; e
- d) Aquisição e distribuição para 15 DSEI de 25 unidades odontológicas móveis.

OE 08: Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde. (Diretriz 11 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado	Ação Orçamentária
Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde.	2,65	1.993 profissionais capacitados	1.225 profissionais capacitados	8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
Alcançar mais 4.000 bolsas, além das 2.600 que já estão disponibilizadas pelo Pró-Residência.	17,00	500 bolsas disponibilizadas pelo Pró-Residência	2.456 novas bolsas disponibilizadas	8628 - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS
Ampliar e qualificar a formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS.	148,20	100.000 trabalhadores do SUS qualificados	30.155 trabalhadores de nível médio capacitados	8612 - Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS
Atingir até 2014 a meta de concessão de 216 mil bolsas, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde.	70,00	100.000 bolsas concedidas através do PET-Saúde	78.124 bolsas pagas	8628 - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS
Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados.	10,00	5 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil implantados	3 novos núcleos estaduais, totalizando 12.	8629 - Apoio a Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS
Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 1.000 cursos de graduação da área da saúde.	36,00	100 cursos de graduação oferecidos	No edital nº 24/2011 foram selecionadas 119 propostas de todas as regiões do País com a inclusão, para 2012, de 389 novos cursos no processo de reorientação curricular (Programa Pró-Saúde)	8628 - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS
Inserir 5.000 profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica, para atuação em municípios e localidades desprovidos de atenção à saúde.	25,00	1.200 profissionais de saúde inseridos no Programa	1.753 profissionais de saúde inseridos no Programa	8630 - Apoio a Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS 8630 - Apoio a Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

A política de desenvolvimento da graduação e pós-graduação em áreas estratégicas visa aumentar a resolubilidade da atenção à saúde prestada à população, a partir da integração entre o ensino e os serviços e com a gestão do SUS. Nesse contexto, são oferecidos cursos regulares de atualização, especialização, especialização técnica, mestrado acadêmico e profissional e de doutorado. Foi iniciada em 2012 a primeira turma do Mestrado em Saúde da Família em parceria com a Escola de Saúde Pública do Ceará.

Em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), agência de fomento à pesquisa brasileira que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados do país, foi lançado o Portal “Saúde baseada em Evidências” visando contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho e também proporcionar educação continuada aos profissionais da saúde, em especial aos que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo o que há de melhor na produção científica mundial, permitindo ao profissional do SUS a integração do conhecimento, experiência clínica e as provas científicas para proporcionar melhores cuidados aos pacientes.

A política de educação profissional em saúde está centrada na qualificação dos processos formativos para que sejam oferecidos cursos adequados às necessidades do SUS. Para o desenvolvimento desta política foi estruturada uma rede de 36 Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), criadas com a finalidade de qualificar/formar os trabalhadores inseridos do setor Saúde. Durante o ano foram viabilizadas:

- a) Formação de 186 técnicos em Radiologia e contratadas mais 20 turmas com 559 alunos no total;
- b) Execução de cursos, com 3 turmas, para técnicos de Citopatologia com 80 alunos, e contratadas mais 9 turmas, com 363 alunos no total; e
- c) Capacitação de 56 tecnólogos/técnicos para atuarem como multiplicadores, em seus estados, no processo de capacitação em exames de mamografia.

Em relação à implantação da política de promoção da saúde do trabalhador da saúde, por meio da realização de um projeto em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais para a qualificação em gestão das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde, foram qualificados 400 gestores.

No que tange aos processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias, mais de 36 mil profissionais foram capacitados durante o ano.

OE 09: Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável. (Diretriz 12 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
Capacitar 200 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE), educadores populares e gestores) até 2015	28,20	50.000 pessoas capacitadas	5.000 pessoas capacitadas	8705 - Ampliação da Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social e de Educação em Saúde
Promover a assinatura de contratos de ação pública, com definição de responsabilidades recíprocas na rede federativa em relação à população, em 80% das comissões intergestores regionais (CIR) até 2015	33,40	Assinados contratos com 20% das CIR (88 assinaturas promovidas)	24 Coap assinados	8287 - Aprimoramento, do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de com tratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS
Realizar 10 seminários envolvendo as 700 comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades	1,26	2 seminários realizados	2 seminários realizados	8215 - Atenção à Saúde das Populações Quilombolas
Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015	5,50	2 encontros nacionais realizados	Realizado o Encontro Nacional de Saúde da População Cigana	8709 - Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade
Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde	-	0	0	5516 - Conferência Nacional de Saúde
Disponibilizar o sistema Cartão Nacional de Saúde para 100% das redes assistenciais	151,00	146.250.000 sistemas Cartão Nacional de Saúde disponibilizados	N/A	6152 - Cartão Nacional de Saúde

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

A gestão governamental em saúde possui natureza complexa, que abrange várias dimensões - ética, política, estratégica, técnica e administrativa – e conforma-se a partir da intermediação de interesses distintos e, principalmente, das interações de poder. O propósito primordial da gestão em saúde é a tomada de decisões, que desencadeia a implementação das políticas. A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada e hierarquizada, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão.

Compete ao Ministério da Saúde o processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP).

Estruturam-se de forma integrada as áreas de Informação e informática do SUS, Gestão Participativa e Articulação Interfederativa, contribuindo com a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde.

A participação social na formulação e no controle da política pública de saúde é uma inovação institucionalizada no SUS. Dessa forma, os conselhos de saúde deverão ser também fortalecidos, mediante, por exemplo, o apoio à ampliação da capilaridade das resoluções e deliberações deles oriundas, à diversificação de participantes – com ênfase na participação de lideranças dos movimentos sociais – e à melhoria de suas estruturas e funcionamento. Nessa mesma linha, estará a promoção do papel dos conselhos na qualificação da gestão do SUS e o reconhecimento da educação popular como elemento de ampliação da participação social e do cuidado em saúde. Igualmente, as conferências de saúde serão foco de atenção, como a mobilização de todas as esferas em torno do compromisso para com estes espaços de participação.

Esse objetivo envolve, igualmente, a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS e a universalização do Cartão Nacional de Saúde nas redes assistenciais, de modo a contribuir para a qualificação da gestão federativa e a resolubilidade das ações e serviços de saúde.

Destaca-se em 2012 a criação de Grupos de Condução para o COAP nos Estados do Paraná, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Minas Gerais, porém reitera-se que o processo de transição eleitoral e as mudanças trazidas com a implantação do Decreto 7.508/2011 e a Lei Complementar 141/2011, que define os percentuais mínimos a serem aplicados na saúde pública, são aspectos considerados como desafios para a concretização do resultado esperado.

Neste contexto, as Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e os Conselhos de Saúde foram fortalecidos no processo de implementação do COAP. Foram concluídos 6 Seminários Regionais envolvendo conselheiros de saúde, lideranças dos movimentos sociais e gestores estaduais, das capitais e dos municípios maiores de cada estado, além de participação em oficinas de planejamento com as secretarias estaduais e COSEMS para a discussão de Decreto 7.508 e do COAP. Em 2012 foram assinados 24 Contratos Organizativos de Ação Pública.

Com relação ao Cadastro Único de Usuários do SUS (CadSUSWeb), houve a disponibilização de uma nova versão do sistema do Cadastro Único de Usuários do SUS, acessível no endereço www.cartaonet.datasus.gov.br, construído com base na modelagem da Arquitetura Orientada a Serviço (SOA) que pode ser acessado, em todo o território nacional, por profissionais da saúde devidamente cadastrados a operar a base de dados do Cartão Nacional de Saúde.

Esse acesso pode ser feito nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nas secretarias estaduais e municipais de saúde, por meio da identificação do estabelecimento de saúde, definido pelo Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES). O objetivo é dar mais escala e fluidez ao processo de cadastramento, atualização e distribuição do Cartão Nacional de Saúde no País, sendo o primeiro passo para a integração dos dados dos sistemas de informação do Ministério da Saúde em uma base nacional.

Importante destacar também:

- Instituição do Marco Regulatório do Cartão Nacional de Saúde. No momento, está sendo distribuída a mídia plástica para cerca de 1.300 municípios que foram selecionados para a

1ª fase de distribuição, por terem algum processo de Regulação já implantada e em funcionamento;

- Implantação dos Comitês Técnicos de Saúde da População Negra em cinco estados, de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros em 02 estados, de Saúde da População em Situação de Rua, em um estado e de Educação Popular, em 1 estado; e
- Aprovada a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Conselho Nacional de Saúde.

OE 10: Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS. (Diretriz 13 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos fundos estaduais e municipais de saúde anualmente	11,00	5.592 fundos apoiados	N/A	2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde
Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde	-	IDSUS implantado	IDSUS implantado	4380 - Sistema Nacional de Informações em Saúde
Implantar e implementar Portal da Transparência do Ministério da Saúde	-	Portal implantado	Portal implantado	4380 - Sistema Nacional de Informações em Saúde
Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado	39,00	125 ouvidorias com implantação apoiada	85 ouvidorias implantadas	6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde
Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015	8,50	1.000 ações de controle interno e auditorias realizadas	1.858 ações de controle interno e auditorias realizadas	8708 - Auditoria do Sistema Único de Saúde

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

Este objetivo contempla o campo da gestão do SUS, seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Estão envolvidas questões relacionadas à organização interna do Ministério da Saúde, buscando a efetividade na execução das ações de responsabilidade direta do governo federal e da garantia de melhor controle da aplicação dos recursos transferidos aos estados e municípios, buscando a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde.

As medidas decorrentes deverão manter relação sistêmica com os demais entes da federação, visando o aprimoramento do SUS. Qualificar o processo de planejamento constituirá condição para que se alcance resultados organizacionais e se maximize o uso dos recursos, seja de infraestrutura, seja financeiro ou da força de trabalho.

Para isso, a saúde conta com várias ferramentas de monitoramento e avaliação, como o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) - um indicador síntese que faz a aferição contextualizada do desempenho do SUS - e o Portal da Transparência, que tem o objetivo de aumentar a transparência da gestão pública. Estas ferramentas permitem ao cidadão acompanhar como o dinheiro público está sendo utilizado e, dessa forma, fiscalizar a aplicação dos recursos na área da saúde.

Estruturam-se ainda de forma integrada as áreas de Ouvidoria, e o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), contribuindo com a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde.

O Sistema Nacional de Ouvidoria conta atualmente com mais de 500 ouvidorias implantadas, das quais 200 ouvidorias utilizam o sistema informatizado OuvidorSUS em seu nível I e conta com mais de mil pontos de acesso nível II. Em 2012 foram implantadas 85 ouvidorias. O processo de sensibilização e capacitação para implantação de novas ouvidorias com este sistema informatizado é contínuo e seguem os critérios estabelecidos no indicador 13 do Contrato Organizativo de Ação Pública.

No contexto da busca pelo aperfeiçoamento do Sistema, o Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), lançou em 13 de julho de 2012 a primeira edição do Prêmio Cecília Donnangelo de Ouvidoria do SUS. A ideia do projeto é reconhecer, promover e premiar iniciativas de destaque das ouvidorias do SUS, considerando a importância de criar dispositivos para o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria, com ênfase na Ouvidoria Ativa e a implementação da Política Nacional de Ouvidoria Gestão Estratégica e Participativa do SUS (ParticipaSUS).

As estratégias de Ouvidoria Ativa buscam por mobilizar o cidadão para uma postura crítica em relação ao SUS – visando, em última instância, maior inclusão e governança cidadã nas políticas públicas de saúde. As estratégias de ouvidoria ativa vêm se concretizando nas seguintes ações:

- a) Qualificação e ampliação do Banco de Informações Técnicas em Saúde (BITS) para disseminação de informações;
- b) Distribuição de cartas a 5,1 milhões de usuários do SUS, a CartaSUS, para colher as impressões sobre a atenção recebida e informar sobre os custos de tratamento; implantação de totens, terminais de autoatendimento eletrônico que dão acesso à página web da Ouvidoria;
- c) Realização de pesquisas telefônicas, com ampla abrangência, sobre a satisfação com os serviços prestados pelo SUS; e
- d) Promoção de iniciativas de ouvidoria itinerante.

Ainda em relação à atuação da Ouvidoria, foi implantado o Serviço de Informação ao Cidadão com a finalidade de cumprir a Lei de Acesso à Informação que em 2012 obteve 1090 registros com 100% de respostas e 58.130 informações disseminadas pelo número telefônico 136.

Quanto à auditoria, um importante resultado em busca da melhoria do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) foi a realização, por meio do Departamento Nacional de Auditoria do SUS

(Denasus), de 05 turmas do curso de auditoria em serviços de média e alta complexidade, envolvendo 145 técnicos dos três componentes SNA. Outra iniciativa foi a realização de Encontros Regionais do SNA, com o objetivo de realizar um alinhamento conceitual sobre a auditoria bem como discutir os normativos pertinentes ao Sistema. Foram também realizadas 266 ações de cooperação técnica prestadas pelo Denasus aos componentes estaduais e municipais do SNA, aos conselhos de saúde e aos órgãos de controle externo.

No que tange as ações de controle interno e auditorias, foram realizadas 1.858 ações, sendo 903 auditorias, 354 fiscalizações, 519 visitas técnicas e 82 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS), totalizando R\$ 5,06 bilhões auditados nas ações PMAQ, Farmácia Popular do Brasil, Câncer de Mama, Hanseníase, Glaucoma e CartaSUS, gerando proposições de ressarcimento no valor de R\$ 162,9 milhões.

Também se destacam as realizações de oficinas de monitoramento dos Objetivos Estratégicos do Ministério da Saúde para verificação e aferição dos resultados do período; e o encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária 2013, em agosto, discutida com as áreas técnicas e vinculadas do MS e apresentadas ao Conselho Nacional de Saúde.

Outro resultado importante neste Objetivo foi o avanço obtido com a regulamentação da Lei Complementar nº 141 em janeiro de 2012 e a publicação do Decreto n.7827, que dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntárias da União, nos casos de descumprimento da aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde de que trata a LC nº 141.

OE 11: Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS. (Diretriz 8 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Ampliar a cobertura do programa “Aqui tem farmácia popular” nos municípios do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 638 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015.	517,00	1.501 municípios do mapa da extrema pobreza com cobertura do programa “Aqui tem farmácia popular”	1.218 municípios	8415 - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares
Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de oito em 2011 para 20 até 2015	Não aplicável	12 medicamentos fitoterápicos implementados	4 novos medicamentos fitoterápicos implementados	20K5 - Apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS
Disponibilizar três unidades internacionais (U.I.) de fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 U.I. de fator IX per capita (hemofilia B) para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.	500,00	3 U.I de fator VIII per capita e 0,8 U.I de fator IX per capita disponibilizados	3 U.I de fator VIII per capita	4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

Em 2012 foi lançada a campanha “Saúde Não Tem Preço”, iniciativa que passou a disponibilizar gratuitamente os medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes por meio da rede do Programa Farmácia Popular. Cerca de 14,4 milhões de brasileiros foram beneficiados desde o início da gratuidade em 2012. Também passou a contemplar esse rol de medicamentos gratuitos terapêuticos para o tratamento da asma que desde o início da gratuidade beneficiando mais de 318 mil brasileiros.

A Rede de Farmácia Popular credenciou, em 2012, 4.901 farmácias e drogarias, totalizando 25.126 credenciadas. Em relação à rede própria, ampliou suas unidades com mais 5 inaugurações, perfazendo um total de 560 unidades. Atualmente, o Programa “Farmácia Popular” atende mais de 4,7 milhões de pessoas por mês.

Devido às ações de busca ativa realizadas pelo Ministério da Saúde desde janeiro de 2012, o Programa “Aqui Tem Farmácia Popular” ampliou a rede credenciada nos municípios da extrema pobreza atingindo 1.218 municípios em 2012, atingindo, portanto, 81,14% da meta de 1.501 municípios prevista para o ano de 2012.

Dentre as ações que envolvem o componente estratégico da Assistência Farmacêutica foram disponibilizados medicamentos para tratamento de AIDS a (220 mil pacientes – custo de R\$ 815 milhões), Coagulopatias (17.350 pacientes – custo de R\$ 420 milhões), Controle do Tabagismo (389.897 pacientes – custo de R\$ 16,9 milhões), Tuberculose (72 mil pacientes – custo de R\$ 11,7 milhões), Hanseníase (43.847 pacientes – custo de R\$ 1,7 milhão) e outras doenças (Malária, Dengue, Chagas, Cólera, Leishmaniose, Esquistossomose, Influenza, Meningite, Tracoma, Lúpus, e Geohelmintíase, a um custo de aproximadamente R\$ 30 milhões).

Em 2012, foi ampliado o elenco de medicamentos fitoterápicos disponibilizados pelo SUS, com a inclusão de 4 novos medicamentos desse tipo na lista de medicamentos do SUS. Foram repassados cerca de R\$ 10,2 milhões para dois estados e 12 municípios, na modalidade fundo a fundo, para a implantação de projetos utilizando a abordagem de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

O Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS), por meio Portaria nº 1.214 de 13 de junho de 2012, para fortalecer o uso racional e a qualidade do acesso a medicamentos no Brasil. Para dar início as ações, o ministério investiu R\$ 17 milhões na aquisição de mobiliários e equipamentos necessários para estruturação e manutenção dos serviços das Centrais de Abastecimento Farmacêutico e Farmácias no âmbito da Atenção Básica. Os recursos contemplarão 453 municípios com população em extrema pobreza com até 100 mil habitantes, prioritários no Plano Brasil Sem Miséria.

No que tange à gestão da assistência farmacêutica, o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF), do Ministério da Saúde, desenvolveu o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS) com o objetivo de contribuir para a ampliação do acesso aos serviços e aos medicamentos e para a qualificação da atenção prestada à população nas três esferas do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS), atendendo as características específicas dos Componentes da Assistência Farmacêutica, sendo eles: básico, estratégico e especializado.

O HÓRUS-Básico conta com a adesão de 1.688 municípios e 18 estados. Em 2012, 946 profissionais, vinculados a 316 municípios, foram capacitados, na modalidade à distância, e estão aptos a utilizar a ferramenta. No SASISUS, 29 DSEI e a CASAI DF realizaram o adesão ao projeto dos quais, 27 DSEI e a CASAI DF, já receberam autorização para acesso ao sistema e a implantação está sendo realizada em parceria com a SESAI, a qual é responsável, entre outros aspectos, pelo suporte aos operadores da ferramenta, tendo esta Secretaria um papel fundamental no projeto. Para dar suporte aos municípios, estados e unidades indígenas, o ministério disponibiliza 19 apoiadores institucionais que atendem a todos os estados e são responsáveis pela ampliação da implantação e utilização do sistema, em articulação com SES e COSEMS.

O Hórus-Especializado foi implantado em 10 estados, além disso, será disponibilizado o HÓRUS-Clínico que é caracterizado por ser uma ferramenta complementar ao HÓRUS-Especializado que permitirá aos gestores e profissionais da área da saúde realizar o seguimento

farmacoterapêutico dos pacientes tratados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), medindo a efetividade dos tratamentos disponibilizados. Todo o estado que implantar o HÓRUS-Especializado poderá implantar o HÓRUS-Clínico que, quando for finalizado, permitirá a realização do monitoramento para 35 doenças do CEAF.

O HÓRUS-Estratégico foi implantado junto às gerencias e diretorias estaduais de assistência farmacêutica no sentido de qualificar a gestão dos medicamentos e insumos utilizados no tratamento de agravos específicos contemplados em Programas Estratégicos do Ministério da Saúde. Em 2012, 15 estados implantaram o Hórus Estratégico para gerenciamento dos medicamentos dos Programas de Saúde Estratégicos, sendo eles: Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins. De maneira geral o sistema tem respondido as expectativas do tanto dos gestores estaduais da assistência farmacêutica, quanto dos gestores dos programas de saúde. Somente três estados utilizaram o sistema de forma intermitente. Neste sentido, sua implantação tem considerado esta característica do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica, ou seja, de ser uma gestão compartilhada, que visa à garantia do acesso e uso racional dos medicamentos no conjunto dos agravos a saúde que visa atender.

OE 12: Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no âmbito do SUS. (Diretriz 10 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015.	195,00	15%	16%	8636 - Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde
Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015.	57,00	30%	30%	20K7 - Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde
Atender a demanda do programa de controle da tuberculose com produção nacional de dois medicamentos.	-	0	Pedido de registro está em análise na ANVISA.	N/A
Atender a demanda do programa para a prevenção e controle das hepatites virais com produção nacional de dois medicamentos.	-	0	Estudos de equivalência e bioequivalência em andamento (Hepatite B)	N/A
Atender a demanda do programa de prevenção e controle das DST/Aids com produção nacional de três medicamentos.	7,00	2	1	4388 - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos
Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.	76,521	150.000 litros de plasma	100.000 litros de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados	1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015.	200,00	29% da construção concluída	Início das operações do Bloco B01- Câmara Fria, resfriada a 35° C negativos, para triagem e estocagem de plasma; bem como avanços no desenvolvimento do cronograma de construção dos Blocos: B04 (embalagem de produtos e empacotamento), B05 (almoxarifado, estocagem de produtos acabados e expedição de produtos) e B06 (Laboratório do Controle de Qualidade)	1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia.	-	2 etapas de projetos realizadas	Em desenvolvimento o projeto de kit diagnóstico para câncer de colo uterino utilizando a proteína Rap1 recombinante - Fiocruz-MG e o projeto "Desenvolvimento de sistema de screening por bioensaio, in vitro e in vivo para avaliação prospectiva de	8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Promover a realização de dois testes clínicos da vacina contra dengue.	-	0	0	N/A
Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015	20,00	30 estudos nacionais fomentados	Linhas de pesquisa prioritárias definidas no que se refere às Práticas Integrativas e Complementares (PIC's) nas redes de Atenção à Saúde.	8636 - Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

O Programa para o Desenvolvimento Produtivo do Complexo Industrial da Saúde (Procis), que visa o fortalecimento da indústria nacional de medicamentos, insumos e equipamentos, aportou em 2012, cerca de R\$259 milhões em 64 projetos destinados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão e da mão-de-obra de 14 laboratórios oficiais produtores e 7 Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs).

Com relação às inovações introduzidas no marco regulatório brasileiro de compras governamentais direcionados para o Complexo da Saúde, destacam-se a regulamentação da utilização das margens de preferência aplicadas para medicamentos e biofármacos e para equipamentos e produtos médicos, com escalonamento até o teto de 25%, segundo importância estratégica-tecnológica e para saúde (Decretos nº 7.713/2012 e nº 7.767/2012); e a dispensa de licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e da não aplicação do limite temporal de criação do órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que produzem produtos estratégicos para o SUS (Lei 12.715/2012).

Em 2012 foi realizado, na Fiocruz em Brasília, o Seminário Nacional Saúde e Rio+20. O encontro teve como finalidade colocar a saúde em discussão aliando ao contexto da Rio+20 que foi realizada em junho. Foram tratadas preferencialmente as políticas de proteção e promoção social na área da saúde levando em conta os desafios novos e emergentes do desenvolvimento sustentável.

Este ano o Governo Federal investiu R\$ 52 milhões para ampliar, em seis vezes, a produção nacional da vacina BCG contra a tuberculose. O objetivo é exportar o insumo para o mercado global, além de continuar abastecendo a demanda interna. Firmado convênio com a Fundação Ataufo de Paiva (FAP) – laboratório público produtor da vacina – que prevê a construção de nova planta industrial, em Xerém (RJ).

Atualmente, o pólo industrial fica no centro do Rio de Janeiro e produz 10 milhões de doses por ano, sendo a maior parte para consumo interno. O país exporta apenas para o Haiti. A nova planta industrial terá capacidade de produzir 60 milhões de doses por ano, sendo que 60% deste quantitativo serão destinados à exportação da vacina. A expectativa é que, no final de 2013, seja produzido o primeiro lote da vacina na nova planta industrial. Do total de recursos investidos (R\$ 52 milhões), o Ministério da Saúde investirá R\$ 20 milhões, o BNDES R\$ 6 milhões e a FAP outros R\$ 26 milhões.

O Ministério da Saúde recebeu os projetos executivos para parceria de desenvolvimento da produção das vacinas de hepatite A e tetravalente viral (MMRV- varicela). Quanto à vacina tetravalente viral o laboratório público produtor será Biomanguinhos/Fiocruz que terá a transferência de tecnologia realizada pela Glaxosmithkline Biologicals SA. Em relação à vacina para hepatite A, a parceria de transferência de tecnologia será da Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda para o Instituto Butantan.

O Ministério da Saúde centralizou a compra do medicamento Rivastigmina, indicado para Alzheimer, e conseguiu economizar R\$ 15 milhões no processo. A iniciativa permitiu um aumento de 30% na cobertura nacional de pacientes com a doença este ano: a previsão é atender 39.278 pessoas. A medida foi possível uma vez que o remédio passou a ser produzido por meio de Parceria para Desenvolvimento Produtivo (PDP) entre o laboratório público Instituto Vital Brazil (IVB) e os laboratórios privados Laborvida e Nortec.

Em agosto o Ministério da Saúde e o Ministério da Ciência e Tecnologia, assinaram acordo para fortalecer a produção, modernizar e qualificar plantas produtivas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) – em São Paulo - e do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) – no Rio de Janeiro. O Ministério da Saúde está investindo R\$ 27 milhões nos dois institutos. O acordo foi firmando no âmbito do Procis, com investimento no Ipen - em São Paulo - de R\$ 17,5 milhões e R\$ 9,5 milhões para o IEN – Rio de Janeiro. O objetivo é de adequar a produção de radioativos, utilizados em medicina nuclear para terapia e diagnóstico em oncologia, neurologia e cardiologia, às Boas Práticas de Fabricação (BPF), instituídas pela Anvisa em 2010. Os institutos têm até 2014 para atender a todos os requisitos legais da agência, levando em conta também os requisitos de segurança radiológica impostos pelas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

OE 13: Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde. (Diretriz 9 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado	Ação Orçamentária
Ampliar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS, aumentando em 4 vezes o número de processos concluídos até 2015.	262,72	118.700 processos concluídos	137.420 AIHs com processos concluídos	4339 - Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar
Operacionalizar 90% dos acordos de cooperação técnica assinados entre a ANS e instituições parceiras do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e Centrais Sindicais.	949,02	90% dos acordos operacionalizados	94%	4339 - Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

Na área de regulamentação e fiscalização da saúde suplementar, foi suspensa a comercialização de 225 planos de saúde de 28 operadoras até março de 2013. No quarto trimestre de 2012, foram feitas 13.600 reclamações pelos beneficiários de planos de saúde referentes ao não cumprimento dos prazos máximos estabelecidos. As operadoras de planos de saúde vêm sendo monitoradas pela ANS desde dezembro de 2011. Ao longo deste período, a Agência apresentou quatro relatórios de monitoramento, que resultaram em três medidas de suspensão da comercialização de planos de saúde. Destas operadoras, 16 foram reincidentes no não cumprimento da norma durante os quatro períodos de monitoramento e serão indicadas para a abertura de processo do regime especial de Direção Técnica para correção das anormalidades administrativas e assistenciais graves. Outras 13 operadoras, que não foram reincidentes nos quatro períodos, deverão assinar um Termo de Compromisso com a ANS visando à redução no número de reclamações dos beneficiários. Estas operadoras deverão adequar a rede de prestadores e os serviços de relacionamento e atendimento ao cliente, como: agendamento de consultas e autorização de procedimentos.

Em junho de 2012, foi divulgado o Prontuário de Resultados e o Painel de Indicadores do Monitoramento Assistencial. O resultado mostrou que 82,33% das operadoras médico-hospitalares apresentaram baixo risco assistencial (status verde), 5,27% apresentaram risco assistencial pré-moderado (status amarelo), 6,20% estavam na faixa de risco moderado (status laranja) e 6,20% na faixa de risco alto (status vermelho).

Com relação à integração com o SUS, o aperfeiçoamento contínuo do processo de Ressarcimento ao SUS gerou R\$ 100 milhões de inscrições em Dívida Ativa no ano de 2012. As Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) pagas, até dezembro de 2012, alcançaram R\$41,6 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R\$,71,6 milhões.

Foi notado um crescimento no número de Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Agravos e Doenças e de Envelhecimento Ativo oferecido pelos planos privados, de 127 programas, com a estimativa de participação de 198 mil beneficiários, em outubro de 2011, para 844 programas, com a participação de 1,3 milhões de beneficiários em dezembro de 2012. Os programas implementados pelas operadoras de planos de saúde, além de estimular hábitos saudáveis, podem oferecer prêmios e descontos nas mensalidades dos planos.

OE 14: Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira. (Diretriz 14 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012:

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 Realizado	Ação Orçamentária
Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa	0,118	100% do escritório em Moçambique implantado	100% escritório implantado	2B42 - Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde
Promover a regulamentação do acesso à saúde em área de fronteira, por meio de constituição ou reativação de comissões de saúde na fronteira, Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas e promoção da celebração de contratos de prestação de serviços fronteiriços pelos Estados e Municípios	159,30	- 2 reuniões presenciais para regulamentar o acesso à saúde (Uruguai e Argentina); - 4 reuniões presenciais para estimular a celebração de Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas (Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana Inglesa); - 2 reuniões presenciais para implementar os acordos de localidades fronteiriças vinculadas (Uruguai e Argentina); - 3 Reuniões presenciais para trabalhar com as necessidades locais das regiões de fronteira (Guiana Francesa, Bolívia, Paraguai)	Ocorreram Reuniões de Comissões Binacionais de Saúde com Argentina, Uruguai, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Suriname, Guiana Francesa e Peru.	20QG - Atuação Internacional do Ministério da Saúde

N/A – não aferido.

Informações Adicionais

Em 2012 os avanços alcançados pelo Brasil no controle da Tuberculose resultaram em carta de felicitação do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, encaminhada à Presidência da República.

O Brasil está desenvolvendo um dos maiores projetos de Cooperação Técnica Internacional em saúde no Haiti. O objetivo é o fortalecimento das capacidades institucionais em todos os segmentos envolvidos. Essa cooperação está pautada na transferência de tecnologia com intercâmbio das experiências exitosas do SUS.

Destaca-se, no ano de 2012, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano.

O Ministério da Saúde participou de Seminário do Observatório Iberoamericano de Políticas e Sistemas de Saúde. O evento aconteceu em Guimarães, Portugal, dentro do IV Encontro Nacional das Unidades de Saúde Familiar (USF). O lema do encontro foi “Por uma nova cultura de Saúde: Refletir para desenvolver e atender às necessidades da população”. Além do Observatório Iberoamericano, participam acadêmicos de mais de dez instituições universitárias nacionais e internacionais. A meta é promover uma interação entre três espaços de informação no campo da saúde: o acadêmico e de pesquisa, o institucional e de gestão e o espaço de atuação da sociedade civil e dos que trabalham diretamente com as comunidades e com os usuários.

O Ministério da Saúde participou em julho da reunião sobre o projeto de Cooperação Tripartite Haiti-Brasil-Cuba. A Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti tem o objetivo de conjugar esforços das três partes para viabilizar a assinatura de projetos específicos para a realização de atividades de recuperação de infraestrutura e capacitação de profissionais de saúde que fortaleçam o sistema público de saúde do Haiti. As responsabilidades são divididas entre os três países.

Brasil e Reino Unido discutiram a construção do Registro Eletrônico de Saúde. O Ministério da Saúde agendou oficina para discutir o processo de construção do Registro Eletrônico de Saúde do SUS.

OE 15: *Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.*

A Política Nacional de Saneamento Básico em áreas rurais, com destaque para comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos tem como atribuição o desenvolvimento de ações de saneamento básico nas sedes urbanas dos municípios com até 50.000 habitantes.

Em 2012, 197 projetos de sistemas de abastecimento de água foram contratados, dos quais 65 municípios já se encontram com obras em execução; 271 projetos de sistemas de esgotamento sanitário foram contratados, dos quais 86 municípios já se encontram com obras em execução; e 137 municípios foram atendidos com recursos para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

Em relação aos municípios apoiados com ações de controle da qualidade da água visando garantir a sua potabilidade, em função da baixa capacidade técnica e estrutura laboratorial dos municípios para as análises de amostras de água para consumo humano, a União tem fortalecido a estruturação de laboratórios e o aparelhamento dos laboratórios próprios das URCQA (Unidades Regionais de Controle da Qualidade da Água).

Em 2012, 1.739 técnicos de estados/municípios foram capacitados em 30 cursos oferecidos de controle da qualidade da água; 4.329 amostras de água foram coletadas em 22.421 análises (físico-químicas, bacteriológicas e cianobactérias); e foram apoiados 8 municípios atingidos pela situação de desastres por enchentes no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado do Acre.

OE 16: Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país.

Em 2012, buscou-se o acesso da população em situação de extrema pobreza por meio do aprimoramento dos serviços ofertados aliados à sensibilização e mobilização, com vistas à geração de renda aliada à melhoria da qualidade de vida.

No mesmo ano foi lançado o Programa Brasil Carinhoso, que viabilizou o aumento da oferta de sulfato ferroso e suplementação com mega doses de vitamina A para 2.179 municípios, administradas não apenas durante as campanhas de vacinação, como na rotina da puericultura, com objetivo de prevenir e controlar anemias e a hipovitaminose A. Além disso, 402 mil pacientes foram beneficiados com a distribuição gratuita de medicamentos para asma por meio das farmácias populares.

Outras contribuições do setorial aos municípios com maior incidência de extrema pobreza incluem:

- a) Ampliação de 5.458 Unidades Básicas de Saúde;
- b) Implantação de 82 novas equipes de consultório na rua, equipes da atenção básica compostas por profissionais de saúde com responsabilidade exclusiva de articular e disponibilizar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua; e
- c) Cadastrados 5.892 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

O Projeto Olhar Brasil, que propõe-se a identificar e corrigir problemas de visão nas escolas vinculadas ao Programa Saúde na Escola (PSE) e Programa Brasil Alfabetizado (PBA), viabilizou mais de 93.030 consultas, bem como a compra e distribuição de cerca de 32.463 óculos aos beneficiários do PSE e PBA. Destaque aos 1.569 municípios que aderiram ao pré-natal da Rede Cegonha e a implantação de 74 consultórios na rua e 1.728 novos consultórios odontológicos, 33 novos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO); entrega de 335 mil próteses dentárias; e credenciamento de 126 Municípios ao Programa Farmácia Popular do Brasil.

Anexos

Atividades concluídas pelo DENASUS no 3º quadrimestre de 2012

- a) 252 Auditorias, sendo 243 com registro de não conformidades.
- b) 314 Fiscalizações, sendo 312 com registro de não conformidades.
- c) 31 Verificações do TAS, sendo 26 com registro de não conformidades.
- d) 393 Visitas Técnicas das quais 340 foram referentes ao PMAQ.

OBS: Os resultados das Visitas Técnicas identificando as Conformidades e/ou Não conformidades serão apresentados mediante relatório gerencial específico ao final da ação.

Verificação de Conformidades

Atividade	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Auditoria	1702	2120	3822
Fiscalização	2157	1939	4096
Verificação do TAS ⁽¹⁾	137	69	206
Total Geral	3996	4128	8124

⁽¹⁾ Temo de Ajuste de Sanitário - compromisso de aplicação de recursos com inadequação de objeto ou de valor, de acordo com a adequação de ação identificada.

Fonte: Coordenação de Sistemas de Informação - DENASUS/SGEP/Ministério da Saúde

Atividades realizadas por áreas de atuação

Grupos/Subgrupos	Conforme	Não Conforme ⁽¹⁾	Total
Assistência Farmacêutica	171	155	326
Assistência Farmacêutica - Componente Especializado	12	5	17
Assistência Farmacêutica - Medicamentos estratégicos	95	32	127
Assistência Farmacêutica Básica	64	118	182
Assistência Média e Alta Complexidade	446	424	870
Assistência Ambulatorial	205	163	368
Assistência Hospitalar	118	169	287
Assistência Hospitalar/Ambulatorial	77	85	162
SAMU 192	46	7	53
Atenção Básica	852	887	1739
ESF - PACS/PSF	139	157	296
ESF Saúde Bucal	33	51	84
Processo de Trabalho	418	403	821
Resultado	5	12	17
Unidade hospitalar	1		1
Unidades Básicas de Saúde	256	264	520
Cadastramento de Serviços	1	1	2
Média e Alta Complexidade	1	1	2
Consórcio	11	3	14
Municipal	11	3	14
Controle Social	95	109	204

Conferência de Saúde	1	1	2
Conselho de saúde	89	102	191
Ouvidoria/Central de Atendimento ao Usuário	5	6	11
Controles Internos	39	42	81
Estrutura	1	15	16
Processo	38	27	65
Engenharia/Arquitetura	10	16	26
Equipamentos	2	4	6
Obras e Serviços	8	12	20
Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	9	21	30
Educação em Saúde	4	16	20
Gestão do Trabalho	5	5	10
Gestão Municipal	15	16	31
Assistência de Atenção Básica	10	12	22
Regulação	5	4	9
Programa Farmácia Popular do Brasil	576	885	1461
Unidades Privadas-Aqui Tem Farmácia Popular	576	885	1461
Programas Estratégicos	491	517	1008
Estrutura	155	175	330
Processo	302	278	580
Resultado	34	64	98
Recursos Financeiros	389	282	671
Contrato	47	26	73
Convênios	48	22	70
Emenda Constitucional 29/2000	5	2	7
Execução Orçamentária	68	62	130
Fundo a Fundo	64	36	100
Fundo de Saúde	109	94	203
Licitação	48	40	88
Recursos Humanos	17	50	67
Gestão	8	3	11
Profissionais de Saúde	9	47	56
Regionalização, Planejamento e Programação	142	83	225
Comissão Intergestores Bipartite	5	1	6
Estrutura Organizacional	2	1	3
Instrumentos Planejamento PDR/PPI/PDI	4	6	10
Plano de Saúde	58	35	93
Relatório de Gestão	36	37	73
Termo de Compromisso de Gestão	37	3	40
Regulação	10	14	24
Centrais de Regulação	1	7	8
Controle e Avaliação	9	7	16
Saúde Bucal CEO (media e alta complexidade)	15	14	29
Estrutura	13	11	24
Processo	2	1	3
Resultado		2	2
Sistema Nacional de Auditoria	1	9	10
Estrutura	1	3	4
Processo		6	6
Vigilância em Saúde	706	600	1306
Vigilância Ambiental	6	3	9
Vigilância Epidemiológica	680	589	1269
Vigilância Sanitária	20	8	28
Total Geral	3996	4128	8124

⁽¹⁾ Situações de não conformidade geram diversos tipos de recomendações.

Fonte: Coordenação de Sistemas de Informação - DENASUS/SGEP/Ministério da Saúde